



INSTITUTO SUPERIOR DE  
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

**A institucionalização de Crianças e Jovens:**

A Prática Profissional Dos Assistentes Sociais no Processo de Autonomização e  
Empoderamento

**Discente:**

Maria Dulcelina Gomes de Barros

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto para obtenção do  
Grau de Mestre em Serviço Social.

**Orientador:** Prof. Doutor Marcelo  
Gallo

Julho  
de  
2024

## **Agradecimento**

Primeiramente, agradeço a Deus, pelo dom da vida e saúde que me concedeu ao longo deste tempo, pela sabedoria que sempre tenho buscado Nele, e também pela força que me deu para superar os obstáculos e desafios da vida, por guiar, proteger e iluminar sempre os meus caminhos.

Do fundo do coração deixo o meu agradecimento à minha mãe, Domingas Mendes Gomes de Barros, pelo carinho, compreensão e dedicação de mãe, que tem para comigo...; a todos os meus irmãos e familiares; aos colegas de estudo desde o pré-escolar até à universidade, que de uma forma ou outra contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e escolar. Um sincero agradecimento à Congregação das Missionárias Reparadoras do Sagrado Coração de Jesus, a família que Deus me deu, pela iniciativa de disponibilizar-me para a continuidade dos estudos;

Ao DGES por disponibilizar a bolsa de estudos da qual fui beneficiada;

A todos os professores e em especial à estimada coordenadora do mestrado em Serviço Social, Doutora Sandra Mendes, e ao estimado orientador, professor Doutor Marcelo Gallo, que incansavelmente contribuiu para que este presente trabalho chegasse ao fim; aos Assistentes Sociais e Residentes do acolhimento residencial pela disponibilidade em colaborar, tornando possível a realização deste estudo. Não menos importante, a todos os corpos não docente do ISSSP.

## **Lista de Siglas:**

A/J\_ Adolescentes e Jovens;

Art.\_ Artigo;

CAR\_ Casa de Acolhimento Residencial;

CARSE\_ Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência;

CAT\_ Centro de Acolhimento Temporário;

CDC\_ Convenção do Direitos das Crianças, aprovada em 20 de novembro de 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas;

CEE\_ comunidade Económica Europeia

CJ\_ Crianças e Jovens;

CPCJ\_ Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;

EMAT- Equipas de acessória aos tribunais;

ISS\_ Instituto de Segurança Social

LPCJP\_ Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei 147/99 de 01 de setembro, com algumas alterações a mais recente pelo Decreto-Lei nº 164/2019-25 de outubro, 2019;

ONU\_ Organização das Nações Unidas;

OTM\_ Organização Tutelar de Menores;

PAA\_ Plano Anual de atividades;

PIDE\_ Polícia Internacional e de Defesa do Estado;

PSEI\_ Plano Socioeducativo Individual;

RI\_ Regulamento Interno;

SS\_ Segurança Social;

UE\_ Unidade de Emergência;

## **Resumo**

A presente investigação trata-se de um estudo qualitativo que analisa as práticas profissionais dos Assistentes Sociais no processo de autonomização dos residentes institucionalizados sob o regime de promoção e proteção. Para tal definimos como objetivo geral, perceber a realização do trabalho profissional dos Assistentes Sociais com crianças e jovens institucionalizados que não contam com retaguarda familiar e, como este trabalho é compreendido pelos sujeitos da intervenção.

A pesquisa foi realizada em uma instituição de acolhimento de crianças e jovens na região norte do país. Utilizamos uma metodologia qualitativa, recorrendo ao método indutivo em conformidade com os objetivos definidos. Todos os dados foram recolhidos através de observação participante e entrevistas semiestruturadas através de um guião previamente elaborado, onde posteriormente todas as respostas obtidas foram analisadas, por categorias, com o método, a análise do conteúdo, ficando a conhecer a realidade e a experiência dos profissionais bem como a perceção dos residentes.

Após todo processo investigativo concluiu-se que a intervenção em casa residencial exige dos técnicos a capacidade reflexiva na sua prática profissional, no sentido de perceber de que cada criança/jovem acolhida é única, e que, portanto, a sua intervenção deverá ser em conformidade com as suas características, elaborando assim um plano de intervenção em conjunto com cada C/J que vá ao encontro ao seu superior interesse e, concluiu-se ainda de que os profissionais procuram desenvolver uma prática parental segura, de modo a potenciar uma referência positiva para as C/J acolhidas.

**Palavras chaves:** Institucionalização; Crianças/Jovens; Serviço Social; Autonomia.

## **Summary**

The present research is a qualitative study that analyzes the professional practices of Social Workers in the process of autonomy of institutionalized residents under the promotion and protection regime. To this end, we defined as a general objective, to understand the performance of the professional work of Social Workers with institutionalized children and young people who do not have family support and how this work is understood by the subjects of the intervention.

The research was carried out in a child and youth care institution in the northern region of the country. We use a qualitative methodology, using the inductive method in accordance with the defined objectives. All data were collected through participant observation and semi-structured interviews through a previously prepared script, where later all the answers obtained were analyzed, by categories, with the method, the content analysis, getting to know the reality and experience of the professionals as well as the perception of the residents.

After the entire investigative process, it was concluded that the intervention in the residential home requires the technicians to have a reflective capacity in their professional practice, in order to realize that each child/young person is unique, and that, therefore, their intervention should be in accordance with their characteristics, thus elaborating an intervention plan together with each C/J that meets their best interest and, it was also concluded that the professionals seek to develop a safe parenting practice, in order to enhance a positive reference for the C/J welcomed.

**Key words:** Institutionalization; Children/Youth; Social services; Autonomy

## Índice

Introdução-----	1
Capítulo 1. Conjuntura histórica da criança e do adolescente em Portugal-----	5
1.1.Síntese histórica-----	6
Capítulo 2. Enquadramento teórico sobre a problemática de institucionalização de Crianças/Jovens em Portugal-----	11
2.1. Institucionalização de crianças e jovens em Portugal-----	11
2.2. Crianças e jovens em situação de acolhimento residencial (risco/perigo).-----	16
2.3. Modelos de intervenção em acolhimento residencial-----	20
2.4. Serviço Social e crianças e jovens em perigo—intervenção em casa residencial-----	22
2.5. O processo de autonomização com vista à independência-----	25
Capítulo 3. Caracterização do campo de pesquisa-----	29
Capítulo 4. A prática profissional dos Assistentes sociais - Análise de conteúdo-----	36
4.1. Principais procedimentos metodológicos utilizados-----	36
4.1.1- Abordagem da pesquisa-----	36
4.2. Análise e discussão dos resultados-----	40
4.2.1. Os processos e desafios no dia a dia de trabalho com os residentes e a importância da sua participação nas decisões que lhes digam respeito-----	40
4.2.2. Como se percebe o papel ou a importância das leis e instituições públicas na promoção e garante dos direitos das C/J atendidas pela CAR? -----	44
4.2.3. Como é feita a preparação dos residentes para a saída da instituição e a sua reintegração social-----	45
4.2.4. Como avalia o trabalho desenvolvido na CAR com os residentes-----	48
4.2.5. Quais os principais desafios e perspetivas para o trabalho da CAR no futuro----	49
Considerações finais e conclusão-----	52
Referência Bibliográfica-----	56
Anexo-----	58

## **Introdução**

O presente trabalho que ora apresentamos constitui a memória do fim de curso, destinado à obtenção do grau de Mestrado em Serviço Social, pelo Instituto Superior do Serviço Social do Porto. O estudo incide sobre a temática: A Institucionalização de crianças e jovens: A prática profissional dos Assistentes Sociais no processo de autonomização e empoderamento, tem como campo empírico uma instituição de acolhimento residencial situada no norte do país, em Portugal.

Neves (2023), diz-nos que:

A família considerada como meio onde o menor nasce e o contexto que vai ajudar a crescer e a autonomizar-se, de modo que o meio familiar como primeiro contexto de socialização e, em particular, as relações familiares revestem-se de uma enorme importância para o comportamento e desenvolvimento da criança. Daí que a criança está no centro da construção familiar independentemente das culturas, dos grupos sociais ou mesmo das épocas históricas. (p. 69).

Verifica-se no contexto familiar, que à priori deveria ser lugar de proteção, cuidado, apoio, e ou suporte, num ambiente que é suposto ser de confiança, interagida, surge a violação a vários níveis, que por sua vez afeta, direta e ou indiretamente às C/J. Neste sentido e sob protesto da garantia do bem-estar de C/J surgiu a tal Convenção do Direito das Crianças (CDC) aprovada pela ONU em 1989, por meio desta convenção veio a reconhecer-se a dignidade da criança enquanto pessoa de direitos e deveres, que de certo modo, contribui para a mutação no papel da família, relativamente ao estilo parental, onde a família cada vez mais, se encontra dependente do Estado, ou seja, o Estado passa a interferir ainda mais na vida das famílias por meio de leis, com o intuito de garantir o bem estar do menor. Um dos aspetos abordado nessa convenção refere-se ao superior interesse de C/J relativamente ao bem-estar.

Verificou Ferreira (2009), “os modelos de proteção falam-nos no superior interesse da criança. Este conceito indeterminado não se aplica na maior parte das situações. Juridicamente continua a ser dada mais importância aos pais, como proprietários dos seus filhos, do que às crianças”. (p. 210)

Reconhecendo que o lugar do menor é na família, o governo, tudo procura fazer para que haja um ambiente propício para o desenvolvimento saudável e integrado do menor no seu seio familiar, contudo, devido a impossibilidade de assegurar que a família desempenhe o seu papel, o governo assume a responsabilidade de criar alternativas, pensando sempre no superior interesse do menor, para garantir o bem-estar do mesmo. Uma das medidas é a criação de instituições de acolhimento que se regulamentam pelo atual decreto, cuja finalidade é de garantir os cuidados adequados às necessidades e bem-estar das C/J, com vista ao seu desenvolvimento integral, nos termos do artigo 41.º da LPCJP. (Decreto-Lei nº 164/2019-25 de outubro, 2019). Posto isso, o problema de investigação que orientou este estudo foi: Como tem sido realizado o trabalho profissional dos assistentes sociais com as crianças e jovens, que não contam com retaguarda familiar, de modo a garantir/possibilitar a sua autonomia e independência no decurso de vida pós-institucional?

Levando em consideração o propósito de encontrarmos uma resposta à questão que anteriormente colocámos, tivemos a necessidade de formular a seguinte **hipótese**:

- Para garantir/possibilitar a autonomia das C/J que não conta com retaguarda familiar, os Assistentes Sociais realizam os seus trabalhos por meio de plano individualizado, tendo em conta as necessidades/caraterística de cada um e nas orientações práticas para a autonomia!

A justificação da escolha deste tema, prende-se com presença de um crescente número de jovens que saem das instituições sem o devido acompanhamento e suporte, o que os coloca em situações de vulnerabilidade e risco, no que se refere à sua autonomia e reorganização de vida independente, principalmente aos que não têm retaguarda familiar, sentindo-se incapazes de cuidarem de si próprios, lutando para sobreviver numa situação de vida precária.

Este tema é de extrema importância, dado que, a transição para a vida adulta é um momento crítico para qualquer jovem, sendo ainda mais desafiante para aqueles que não têm o suporte familiar adequado. A falta de apoio e orientação nesse período pode levar a consequências negativas, como o abandono escolar, o desemprego, o envolvimento em situações de risco, entre outros problemas.

Portanto, é fundamental abordar e discutir a questão da autonomia e reorganização de vida independente dos jovens pós-institucionalização, a fim de identificar estratégias e políticas que possam apoiar esses jovens nesse processo de transição e fortalecer a sua capacidade de cuidar de si mesmos e de se integrarem de forma positiva na sociedade.

Outro aspeto que motivou o nosso interesse por esta temática, tem a ver com a formação profissional, ou seja, perceber qual poderá ser a intervenção do Serviço Social e o papel do Assistente Social na problemática das crianças e jovens institucionalizados e contribuir para o seu desenvolvimento integral.

Com a realização deste trabalho pretendemos atingir o seguinte **objetivo geral**, que de seguida apresentamos:

- Perceber a realização do trabalho profissional dos Assistentes Sociais com crianças e jovens institucionalizados que não conta com retaguarda familiar e, como este trabalho é compreendido pelos sujeitos da intervenção.

Para alcançar este objetivo, foram identificados os seguintes **objetivos específicos**:

- Compreender como é elaborado e implementado os Planos de atividades;
- Perceber como são feitos os acompanhamentos;
- Saber como é que as crianças e jovens se sentem na instituição;
- Perceber a relação entre jovens e adultos e entre si;
- Perceber como os jovens vivem, e encaram os planos de atividades;
- Verificar se os jovens participam na planificação das atividades;
- Identificar se os jovens se sentem preparados para ter uma vida autónoma.

Em termos metodológicos, o nosso trabalho enquadra-se no modelo estudo do caso, que segundo Amado (2017) tende a refletir a complexidade do fenómeno que estuda.

Para o desenvolvimento da fundamentação do nosso estudo e o cumprimento dos objetivos estabelecidos optamos por uma abordagem qualitativa, aleada de entrevista semiestruturada e observação participante.

Este estudo está constituído por duas partes sendo a primeira de 4 capítulos, sendo que, nos dois capítulos iniciais abordamos conteúdo que nos permitam perceber de forma

aprofundada sobre a problemática de institucionalização em Portugal, compreendendo assim a suas origens e evoluções; no primeiro capítulo debruçamo-nos sobre a conjuntura histórica com recorte temporal para os séculos XX e XXI, que nos permitiu identificar como se processou o abandono de C/J em Portugal;

No segundo capítulo olhamos para a institucionalização de C/J em Portugal; Crianças e Jovens em Risco/Perigo; Modelos de intervenção em acolhimento residencial; Serviço Social e Crianças e Jovens em Perigo - intervenção em casa residencial; e o processo de autonomização, com o intuito de reunir uma base teórica que fundamente a pertinência do nosso estudo de investigação por meio de estudos realizados ao longo dos anos;

Os dois capítulos finais encontram-se mais direcionados com o campo empírico, no terceiro capítulo apresentamos as caracterizações da instituição em estudo; O estudo analisou a estrutura física da instituição, o quadro de pessoal, as atividades oferecidas aos residentes, os documentos reguladores das atividades, e os horários e rotinas diárias da instituição; no quarto capítulo apresentamos as análises dos resultados a que chegamos baseado em 5 categorias a apresentar:

1. Os processos e desafios no dia a dia de trabalho com os residentes e a importância da sua participação nas decisões que lhes digam respeito;
2. Como se percebe o papel ou a importância das leis e instituições públicas na promoção e garante dos direitos das C/J atendidas pela CAR;
3. Como é feita a preparação dos residentes para a saída da instituição e a sua reintegração social;
4. Como avalia o trabalho desenvolvido na CAR com os residentes;
5. Quais os principais desafios e perspectivas para o trabalho da CAR no futuro.

## **Capítulo 1**

### **Conjuntura histórica da criança e do adolescente em Portugal.**

Neste primeiro capítulo vamos tratar da conjuntura histórica de Portugal buscando elementos que nos permitam identificar como se processou o abandono de crianças e adolescentes em Portugal, ao longo da história, tem raízes complexas que envolvem fatores sociais, económicos e culturais. A compreensão desse fenómeno requer uma análise multifacetada das condições históricas do país. Vale ressaltar que, vamos centrar nosso foco na compreensão de pesquisas que demonstram a evolução deste fenómeno, com recorte temporal para os séculos XX e XXI.

Achamos importante destacar que durante nossa investigação em artigos e livros, teses e dissertações encontramos passagens que mostram que o abandono de crianças e adolescentes em Portugal sempre esteve presente durante séculos, Portugal passou por diferentes fases históricas, incluindo períodos de exploração marítima e expansão colonial. Em contextos de pobreza extrema e desigualdade social, algumas famílias podem ter enfrentado dificuldades em cuidar de seus filhos, levando a situações de abandono.

Nos séculos XIX e XX, Portugal experimentou transformações sociais significativas, incluindo mudanças económicas e urbanização. Nos ambientes urbanos, os problemas associados à pobreza, falta de habitação adequada e o desemprego poderiam ter contribuído para situações de abandono.

Durante o regime autoritário do Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar, que durou de 1933 a 1974, a sociedade portuguesa passou por restrições políticas e sociais. A repressão política e a pobreza podem ter impactado negativamente as condições de vida de algumas famílias, aumentando o risco de abandono infantil.

Após a Revolução dos Cravos em 1974, que marcou o fim do Estado Novo e o estabelecimento de um governo democrático, Portugal passou por mudanças sociais e políticas significativas. O país enfrentou desafios económicos e de modernização, e as condições de vida das famílias continuaram a ser um fator crítico no bem-estar das crianças.

## **1.1 - Síntese histórica**

A história de Portugal no século XX é marcada por eventos significativos que tiveram profundo impacto na sua conjuntura histórica, política, social e cultural. Podemos então começar a destacar que no início do século XX Portugal era uma monarquia constitucional. No entanto, em 1910, a Revolução Republicana levou à proclamação da República Portuguesa, encerrando a monarquia. (Branco, 1992)

Durante várias fases do século XX, Portugal enfrentou períodos de instabilidade econômica e pobreza. Essas condições precárias podem ter impactado negativamente o acesso a recursos essenciais, como educação, saúde e moradia, afetando o desenvolvimento adequado de crianças e adolescentes. (Martins, 2017)

No início do século XX, Portugal tinha uma população relativamente estável, com taxas de crescimento populacional moderadas, um país prioritariamente rural, com altas taxas de analfabetismo, e pouco investimento público em Políticas Sociais, o que tornavam ainda mais graves as respostas que eram necessárias as expressões da questão social.

### **1.1.1. Primeira Guerra Mundial**

Ainda que Portugal não se tenha envolvido optando por uma posição de neutralidade, o conflito não deixou de ter os seus impactos económicos e sociais no país.

### **1.1.2. Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1974)**

Em 1926, um golpe militar estabeleceu um regime ditatorial em Portugal. Em 1933, António de Oliveira Salazar consolidou o poder, estabelecendo o Estado Novo, um regime autoritário e corporativista, durante este período, Portugal manteve controle sobre suas colônias africanas, o que resultou em guerras coloniais, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. A política pronatalista foi promovida pelo governo para incentivar o aumento da população. Foram implementadas medidas que favoreciam famílias numerosas. (Martins, 2017)

Durante a ditadura do Estado Novo em Portugal, liderada por António de Oliveira Salazar de 1933 a 1968 e depois por Marcelo Caetano até 1974, as políticas sociais eram

caracterizadas por um controle autoritário do Estado sobre a sociedade. O Estado Novo tinha uma ideologia conservadora e corporativista, centrada na promoção de valores tradicionais e na manutenção da ordem social hierárquica.

Segundo Martins (2017), durante o período do Estado Novo, a construção de políticas sociais durante a ditadura de Salazar foi guiada por princípios específicos:

**1. Corporativismo e Controlo do Estado:** O regime promovia uma visão corporativista da sociedade, buscando integrar diferentes setores sociais, como trabalhadores, empresários e agricultores, sob o controle do Estado. As organizações corporativas eram supervisionadas pelo Estado e serviam como instrumentos de controle social.

**2. Assistência Social Limitada:** A assistência social durante o Estado Novo era limitada e estava principalmente centrada em instituições de caridade e benemerência. As políticas sociais eram frequentemente paternalistas, com o Estado desempenhando um papel limitado na provisão de serviços sociais.

**3. Controlo da Educação:** A educação foi rigidamente controlada pelo Estado. O regime visava moldar as mentalidades através da educação, promovendo valores conservadores e nacionalistas. O acesso à educação superior era restrito, e o ensino era moldado para sustentar a ideologia do Estado Novo.

**4. Proteção à Família Tradicional:** A política social estava alinhada com a promoção da família tradicional e dos papéis de género convencionais. O regime valorizava a estabilidade familiar e incentivava a natalidade como meio de fortalecer a nação.

**5. Repressão Política e Controlo Social:** O Estado Novo caracterizou-se por uma forte repressão política e controle social. A polícia política (PIDE) foi utilizada para silenciar dissidentes e controlar a oposição. A repressão também se estendia a grupos considerados "indesejáveis" pelo regime.

**6. Migração e Desenvolvimento Rural:** O governo de Salazar promoveu políticas que incentivavam a migração de pessoas das áreas rurais para os centros urbanos, visando modernizar a economia. Isso, por vezes, resultou na negligência das necessidades das populações rurais.

**7. Colonialismo:** Durante a era do Estado Novo, Portugal manteve um império colonial em África. As políticas sociais nas colônias eram muitas vezes negligentes em relação aos direitos humanos e bem-estar das populações locais, o que levou a movimentos de independência.

As guerras coloniais em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau tiveram impactos demográficos significativos. Muitos jovens portugueses foram mobilizados para o serviço militar, resultando em perdas populacionais e transformações sociais e tiveram impactos diretos e indiretos sobre crianças e adolescentes, incluindo separação de famílias, deslocamento forçado e trauma psicológico.

A descolonização após a Revolução dos Cravos em 1974 trouxe desafios significativos, incluindo o retorno de colonos e militares de ex-colônias. Essa transição gerou questões sociais, económicas e de integração.

Em geral, segundo Branco (1992), as políticas sociais durante a ditadura de Salazar estavam alinhadas com a preservação do status quo, controle autoritário e promoção de valores conservadores. Foi somente após a Revolução dos Cravos em 1974, que pôs fim à ditadura, que Portugal iniciou uma transição para uma democracia mais aberta, marcando uma mudança significativa na abordagem das políticas sociais no país.

Revolução dos Cravos (1974): coloca fim do Estado Novo em 25 de abril de 1974, a Revolução dos Cravos derrubou o regime autoritário, marcando o início da transição para a democracia.

Após a Revolução dos Cravos, Portugal iniciou um processo de descolonização, concedendo independência às suas colônias africanas. Outro aspecto de muita importância foi o fato de Portugal tornar-se membro da Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, contribuindo para o desenvolvimento económico e a consolidação democrática.

Neste contexto histórico Portugal experimentou ondas significativas de emigração, com muitos portugueses buscando melhores oportunidades económicas no exterior. Os destinos comuns incluíram Brasil, França, Suíça, Estados Unidos entre outros países.

Desta maneira podemos entender que este processo levou, Portugal a passar por processos de industrialização e modernização, especialmente após a adesão à União Europeia,

contudo não significa que o país não enfrentou desafios económicos, incluindo a crise financeira global de 2008, que teve impactos significativos.

Todas estas transformações sociais sofridas ao longo do século XX testemunha mudanças sociais substanciais, incluindo avanços na educação, nos direitos das mulheres e nas questões sociais. Do ponto de vista cultural e de identidade a rica herança cultural de Portugal, incluindo sua literatura, música e tradições, continuou a desempenhar um papel vital na identidade nacional.

Esses eventos e tendências moldaram a trajetória de Portugal ao longo do século XX, influenciando sua política, sociedade, economia e cultura. O país emergiu da ditadura para se tornar uma democracia moderna e membro ativo da comunidade europeia.

Mas temos de destacar também que nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, Portugal enfrentou o desafio do envelhecimento populacional. O aumento da expectativa de vida e a diminuição das taxas de natalidade contribuíram para uma estrutura etária mais envelhecida.

E a crise económica global de 2008 teve impactos na demografia, com emigração de jovens em busca de oportunidades no exterior. Ao mesmo tempo, Portugal começou a receber imigrantes, principalmente de países africanos de língua oficial portuguesa e da Europa Oriental.

Em síntese, muitas famílias em Portugal enfrentaram situações de vulnerabilidade devido a fatores como desemprego, instabilidade habitacional e problemas de saúde mental. Esses fatores podem ter contribuído para a negligência e o abandono de crianças e adolescentes.

Nos tempos mais recentes, desafios contemporâneos incluem a problemática do abuso infantil, exploração sexual, violência doméstica e o aumento do número de casos de crianças em situação de risco.

A migração, tanto emigração quanto imigração, podem impactar as famílias e a integração de crianças e adolescentes na sociedade portuguesa. Questões relacionadas à diversidade cultural e adaptação podem se tornar desafios relevantes.

Para abordar esses desafios, Portugal tem implementado políticas sociais, programas de intervenção e estratégias de proteção à infância e adolescência. A evolução dessas políticas reflete os esforços contínuos para melhorar o bem-estar das crianças e adolescentes no país.

## **Capítulo 2**

### **Enquadramento teórico sobre a problemática de institucionalização de Crianças/Jovens em Portugal.**

Neste segundo capítulo vamos apresentar um breve enquadramento teórico, fundamentado sobre: a Institucionalização de Crianças e Jovens em Portugal; Crianças e Jovens em Risco/Perigo; Modelos de intervenção em acolhimento residencial; Serviço Social e Crianças e Jovens em Perigo - intervenção em casa residencial; e o processo de autonomização, com o intuito de reunir uma base teórica que fundamente a pertinência do nosso estudo de investigação por meio de estudos realizados ao longo dos anos. Para solidificar a nossa base teórica recorreremos a alguns estudos empíricos realizados nos últimos anos, por vários autores, como: Martins (2006); Ferreira (2009); Moreira (2018); Costa e Nobre (2019); Ribeirinho (2019); Silva e Gaspar (2019); Almeida, Fernandes, e Peixoto, (2021); Silva e Machado (2021); Vicente e Lopes (2021); Neves (2023); assim como, relatórios da carta social (2023) e GEP (2023) os quadros legais: (LPCJP, LPI).

#### **2.1. Institucionalização de crianças e jovens em Portugal.**

A problemática de institucionalização de C/J surgiu há já algumas décadas, devido a necessidade de socorrer os marginalizados da sociedade, sobretudo as crianças desamparados no período pós-guerras, pois a devastação do tecido social deixaram as famílias em situações de catástrofes: fome, misérias, desespero, desemprego, viuvez e, conseqüentemente na infância situação de orfandade, abandono, desamparo, desvio social; crianças entregues a si próprio, exploradas, vendidas, em prostituições, vadios, criminalidade infantil etc.

Para acudir a essas situações, a igreja, vocacionada na prática de caridade à assistência e beneficência, prestava auxílio tanto às crianças como aos idosos, pobres e apoiava os presos, por meio de misericórdia praticada nos conventos e seminários; posteriormente foram criados outros estabelecimentos assistenciais e de educação para as crianças abandonadas, órfãs e pobres, como: hospícios, orfanatos, recolhimentos, colégios, asilos, creches etc.

De acordo com Martins (2006) o acolhimento e a assistência educativa da infância, não delinquente, em geral decorriam ao nível de instituições de ordens religiosas, filantrópicas e nas associações em prol da infância desvalida; ao passo que os marginais, delinquentes, indisciplinados e em perigo moral eram internados em casa de correção. Desde logo, manifestou-se certas preocupações em adequar as intervenções, embora precárias, às necessidades/condições das crianças apoiadas, evitando assim, a generalização dos problemas, ou seja, já aí se fazia a triagem para saberem que assistência prestar, que hoje poderíamos denominar, de estudo social ou diagnóstico social.

Todas essas intervenções apesar de não constituírem um garante seguro, por se basear na caridade, tiveram grandes impactos na vida das famílias, em geral e em particular, constituía uma esperança para as crianças. O governo português, sentindo a necessidade/obrigação não só de manter viva a esperança das crianças, mas de assegurar alguns direitos que lhe são próprios, criou a primeira Lei de Proteção à Infância a 27 de maio em 1911, com o intuito de prevenir não só os males sociais que podem produzir perversão ou crime entre menores ou comprometer a sua vida ou saúde, mas também para curar os efeitos desses males (Diário de notícias, 2023), distinguindo assim a C/J do adulto e o Direito Penal do Direito de Menor, baseada numa justiça assistencialista e paternalista (Almeida, Fernandes, & Peixoto, 2021).

Em 1962 surge a primeira OTM baseada no modelo político autoritário vigente, com a primeira reformulação em 1978 depois da revolução de abril; devido à falta de resposta adequada relativamente à separação entre C/J em perigo e C/J infratores, surgiram várias diplomas recomendando a sua observação; finalmente houve ruptura com o sistema vigente com a criação da nova lei em 1999, a designada, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), lei 147/99 de 1 de setembro, a qual consagra os mecanismos e recursos para a promoção e proteção dos direitos das crianças; lei esta que conta com alteração em 2015 e em 2018 (Frade, 2020).

Verifica-se que, essa lei veio a propósito precisamente para garantir a triagem/separação das crianças de acordo com a sua condição/necessidade, no sentido de poderem garantir uma intervenção conveniente, adequada e própria.

A finalidade da lei é afastar o perigo em que as crianças/jovens se encontram; proporcionar-lhe as condições que permitem proteger e promover a sua segurança, saúde,

formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; garantir a recuperação física e psicológica das C/J vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso, nos termos do artigo 34º alíneas a, b e c; da lei em versão atualizada.

No âmbito da execução de medida de promoção e proteção de C/J em situação de perigo e risco, isto é, C/J em que a sua segurança, educação, saúde, bem-estar, e desenvolvimento integral está em risco, cujo o contexto se deve aos seus encarregados de educação; o governo português tem criado ao longo dos anos decretos leis com o intuito de garantir o bem-estar, adaptando a lei no sentido de proporcionar respostas mais adequadas às necessidades de C/J, e novas estruturas físicas para o acolhimento dos mesmos.

Em 2019 foi publicado o Decreto-Lei, que estabelece o regime de execução do acolhimento residencial, isto é, o Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro, essa lei, substituiu o termo Lar de Infância e Juventude (LIJ) e o Centro de Acolhimento Temporário (CAT) pela Casa de Acolhimento Residencial (CAR) e Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência (CARSE). (GEP- Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2023).

Nos termos do artigo 2º, nº1 do presente Decreto, o acolhimento residencial consiste na colocação da C/J aos cuidados de uma instituição de acolhimento que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garanta os cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar. (Decreto-Lei nº 164/2019-25 de outubro, 2019).

O decreto lei é claro nos seus propósitos, deixando perceptível a sua preocupação para com o bem-estar das C/J, não apenas na criação das infraestruturas bem equipadas, como também na organização de recursos humanos, diz a lei que, devem ser permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, quer dizer que, há uma exigência com o grau de habilitações, aptidões, e disponibilidade dos funcionários que devem fazer parte nos cuidados das C/J em situação de medida de proteção, ou seja, também deve haver triagem na seleção dos funcionários, assim como há triagem das C/J e dos equipamentos, para que a resposta seja o mais ajustada possível às necessidades das C/J.

Entende-se CAR/CARSE como sendo uma medida para garantir que as crianças e jovens possam estar num contexto de grupo, acompanhadas por uma equipa de profissionais com

o intuito de acautelar a sua segurança, educação, o desenvolvimento integral e cooperar ativamente para a reintegração dos mesmos em contexto sociofamiliar estável, (Silva & Gaspar, 2019). É através do grupo que nos vamos conhecendo a nós mesmo e aos outros, numa interação recíproca, e que vamos consciencializando do nosso ser limitado e em interação.

Assim, conforme Amaro (2008), citado por Silva e Gaspar (2019) as CARSE, deve acolher um mínimo de 12 C/J e o máximo de 30 C/J, no regulamento em vigor prevê a redução do número de C/J para até 15 em cada unidade residencial, permitindo assim um funcionamento mais familiar e favorecendo as relações de vinculação com adultos de referência, (Almeida, Fernandes, & Peixoto, 2021); com um período máximo de 6 meses, todavia esse prazo estipulado tem-se prolongado devido a inúmeros fatores, havendo casos que se prolonga até os 4, 6 anos, (ISS, 2016, citada por Silva & Gaspar, 2019; Moreira, 2018).

Nota-se que, apesar de estipularem um período máximo, há muita flexibilidade com os mesmos, esses prolongamentos, remete sem dúvida, a estudos, e diagnósticos sociais, que levam a descobertas de novas situações/complicações, que necessitam ser enquadrados no processo, e sobretudo uma preocupação em assegurar que as C/J estejam em condições de seguir para a nova etapa, isto é, não há uma rigidez com os prazos.

Os estudos mostram que as regras rígidas e a rotatividade dos funcionários não permitem responder adequadamente às necessidades das C/J acolhidas, (Frank, Klass, Earis, & Eisenberg, 1996, citado por Costa A. R., 2021); a rigidez das regras são, por vezes, utilizadas para inibir as C/J e não para as ajudar a crescer, e pode provocar neles o sentimento de culpa, ao transmitir que o incumprimento das regras é acompanhado de um castigo (em relação à rotatividade dos funcionários, as C/J precisam de ter uma referência estável e esta provoca nas C/J certas inseguranças, ao ter que ver cada dia uma cara diferente, torna-se confuso, pois tem de estar em constante adaptação; qualquer ser humano necessita de certas estabilidades para crescer e muito mais na infância. Observamos que se tivermos funcionários fixo ajuda não só a criar laços firmes nas relações, como também permite que as C/J se sintam estáveis e seguras com quem partilham a sua vida) .

Outros estudos sugerem a importância da valorização dos profissionais, como forma não só de “evitar a rotatividade existente, mas também para promover maior satisfação profissional, que facilita a disponibilidade e responsividade dos profissionais para com as C/J” (Browner, 2017; Boyle, 2009; Hamilton-Giacristis & Browne, 2012; Maltais et al., 2019; Miles & Stephenson, 2001; Pinheiro, 2006; Wright et al., 2014, citado por Alberto, 2021, p. 159), ou seja, que os profissionais sejam motivados, respeitados, confiados, de maneira que cada um se sinta responsável pela causa, consciente de que todo o trabalho prestado por qualquer profissional é importante e necessário, isto é, que “vistam a camisola”.

Na mesma linha Quintâns et al. (2010) citado por Alberto (2021), realça que mais do que estrutura da casa de acolhimento, é a relação que tem grande influência na vida das C/J, e que qualquer profissional pode tornar-se uma figura de referência das C/J; daí a necessidade de assegurar a formação, supervisão e promoção de autocuidado de todos os profissionais. Isso implica a elaboração de um plano de formação e acompanhamento para os profissionais, no sentido de lhes proporcionar, não só a obtenção de novas ferramentas de trabalho, como também de reciclar e atualizar os conhecimentos já adquiridos. Que os profissionais também sejam acompanhados e orientados nas suas intervenções, pois a supervisão além do controlo das atividades realizadas, também serve de apoio na reflexão e preparação para novas intervenções, aí surgirá novas visões, soluções, ideias/sugestões, permite/obriga que os profissionais estejam cada vez mais atentos a si e às suas intervenções. Sem dúvida o autocuidado é fundamental, pois não se pode dar do que não se tem, é crucial que os profissionais estejam bem física, psíquica, emocional e espiritualmente, para poder promover um bom acompanhamento às C/J que lhe estão confiada.

As casas de acolhimento estão destinadas ao acolhimento de C/J 24 horas diárias com base na aplicação de uma medida de promoção e proteção, a abrangência é maioritariamente distrital ou até supradistrital (GEP- Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2023).

De acordo com a Carta Social é possível averiguar que no distrito do Porto existem atualmente 35 equipamentos, com capacidade total de 1465 utentes, porém, encontra-se ocupado pelos 784 utentes (Carta Social , 2023), exterioriza assim, uma preocupação no

que se refere à criação de estruturas para fazer face ao acolhimento de C/J em situação de perigo e vulnerabilidade.

Os dados mostram a criação de mais 14 casas desde 2016 até a data e tendo em conta, os dados recolhidos pela Moreira (2018), no distrito do porto em 2016 existiam 21 equipamentos.

Neste sentido repara-se que existem fortes preocupações referente às necessidades de proteção de C/J em situação de vulnerabilidade em Portugal.

## **2.2.Crianças e jovens em situação de acolhimento residencial (risco/perigo).**

Como referimos anteriormente, o acolhimento residencial é uma das medidas criadas pelo governo que se regulamenta pelo Decreto-Lei nº164/2019-25 de outubro, 2019, para dar respostas às C/J que se encontram em situação de risco/perigo, com o intuito de garantir o seu bem-estar e os seus direitos consagrados na LPCJP criada em 1999.

As crianças em riscos são as que têm a sua segurança, a sua saúde, a sua formação, a sua educação ou desenvolvimento em risco, cujo contexto se deve aos pais ou ao representante legal ou a quem tenha a guarda de facto da criança. (Valente et al., 2003, citado por Neves, 2023, p.169).

Verifica-se no contexto familiar, que à priori deveria ser lugar de proteção, cuidado, apoio, e ou suporte, num ambiente que é suposto ser de confiança, interajuda, surge a violação a vários níveis, que por sua vez afeta, direta e ou indiretamente às C/J.

Nos termos do art. 3º nº 2 da LPCJP de 1999 na sua versão atualizada, considera-se que a C/J está em perigo quando se encontra numa das seguintes situações:

- ✓ Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- ✓ Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- ✓ Não recebe os cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal;
- ✓ Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;

- ✓ É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- ✓ Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- ✓ Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação;
- ✓ Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional.

Nos termos do artigo 58º da LPCJP 1999, na versão atualizada, consagra às crianças em situação de acolhimento os seguintes direitos: manter os contactos com os seus familiares ou pessoas com quem mantém especial relação afetiva; respeitadas nas questões de privacidade; que seja assegurado o direito à educação; à saúde; a ser ouvido e a participar ativamente, em função da sua capacidade e maturidade, nas questões que lhe dizem respeito; o direito a receber dinheiro de bolso; o direito à inviolabilidade da correspondência; não ser transferido do acolhimento, salvo se tal for do seu superior interesse; à confidencialidade de contactos com a comissão de proteção, o Ministério Público, o juiz e o seu advogado; a ser acolhido perto da sua família, sempre que possível, e de não ser separado dos seus irmãos acolhidos. Esses conjuntos de direitos bem exercido, podem devolver à C/J um estado de desenvolvimento integral seguro.

Relativamente às características das C/J em acolhimento residencial as autoras realçaram problemas do comportamento resultante de privações graves e situações de negligência (física e ou emocional); mau trato/abuso que experienciam: problema de ansiedade, depressão, isolamento, queixas somáticas, dificuldades cognitivas, problemas sociais, problemas de atenção e concentração, problemas de conduta disruptiva e agressiva que se traduz em problemas de desenvolvimento global (Del Valle, Bravo, Martinez & Gonzalez, 2012; Ordem dos Psicólogos, 2016; Sainero, Del Valle & Bravo, 2015, citado por Silva & Gaspar, 2019); hiperatividade, baixo rendimento escolar, instabilidade emocional, dificuldade de relacionamento, baixa autoestima e motivação (Golding, 2010; Manuela, Balluerka, Torres, 2013, citado por Silva & Gaspar, 2019). Essas características

não são exclusivas das C/J em acolhimento, contudo, devido às situações de risco/perigo experienciada, estão mais expostos a desenvolver tais características.

Na mesma linha, o resultado alcançado por Moreira (2018) destacou que os jovens que os constituem, são jovens provenientes de famílias nucleares, monoparentais, alargadas e recompostas, com situação económica precária, desemprego, minorias étnicas ou cultural, marcada por \_ abuso emocional/negligência, violência doméstica, abuso sexual, necessidades alimentares, agressões físicas, explorações no trabalho. E ainda destaca as causas da institucionalização destes jovens como: exposição a comportamentos; abuso sexual; negligência; absentismo escolar; exercício abusivo de autoridade e abandono. Verifica-se que não é o tipo de família, que põe em causa o desenvolvimento integral saudável das C/J, mas sim, a sua condição social, económica e cultural, precária.

Os estudos internacionais, referido por Silva e Gaspar (2019) sugerem que os educadores que trabalham em acolhimento residencial recebem salários baixos (Browne, 2009; Golding, 2003; Paker, 1988); baixo estatuto na estrutura dos serviços sociais (Madgne, 1994); têm condições de trabalhos insatisfatórias, especialmente para os profissionais com elevadas qualificações; estão sujeitos a situações de elevada tensão e burnout (Del Valle et al., 2007); dos resultados das entrevistas realizadas por Moreira aos jovens, realçaram a falta de competência por parte de alguns técnicos, sobretudo no que se refere à partilha de afeto, carinho, acompanhamento e dedicação no exercício da profissão, (Moreira, 2018).

Manifesta assim uma grande necessidade de capacitação por parte dos profissionais relativamente à importância do afeto, cuidado, que se faz sentir necessário e urgente para com as C/J em situação de acolhimento, partindo do pressuposto que, aquilo que os pais/encarregados de educação de base deveriam proporcionar, são os profissionais que têm a obrigação de os fazer.

Os estudos ainda mostram que em alguns países existem fortes apostas na formação e capacitação dos profissionais que trabalham com crianças, são obrigatórias qualificações específicas, contudo, em Portugal, não há uma definição específica para o que conhecemos como o trabalho de cuidado a crianças em acolhimento (Silva & Gaspar, 2019).

O atual regulamento prevê a seleção e formação de profissionais que trabalham no acolhimento residencial como importante fator de sucesso na relação destes com as C/J acolhidos; O regulamento atual favorece a integração de C/J em atividades na comunidade onde estão inseridos e Cria uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação, a quem compete monitorizar anualmente a evolução da situação do acolhimento residencial nacional; (Alberto, 2021). A lei mostra claramente a preocupação em ter profissionais qualificados e capacitados para a intervenção na casa residencial, há exigência mínima para cada equipa de intervenção.

Vários autores sugerem que continuam a prevalecer problemas na resposta do acolhimento residencial português ao cuidado das crianças, tais como a falta de profissionais/ recursos humanos, falta de formação específica na área dos problemas de comportamento por parte de técnicos e funcionários das CAR, a baixa preocupação com o seu perfil profissional/formal (competências e treino específicos) e ressaltam a importância da formação e a especialização serem valorizadas (Amaral & Martins, 2014; Santos, Calheiros, Ramos & Gamito, 2011, citado por Silva & Gaspar, 2019).

Os resultados obtidos por Ferreira (2009) salientam os constrangimentos na aplicação dos modelos teórico de proteção social existente em Portugal, como a falta de recursos (técnico, físico, tecnológicos, etc.), e que se pode atestar nos relatos dos assistentes sociais entrevistados:

já nos confrontamos com situação em que nenhuma das respostas existentes, ao nível dos modelos de proteção e bem-estar social, é a ideal para determinada criança ou jovem, existem sempre dificuldades difíceis de ultrapassar ou que se irão manter sempre. (p. 209).

Realçando assim o dilema ético (Ferreira , 2009). Verifica-se, que para dar respostas adequadas a quaisquer situações, os profissionais de serviço social, devem pensar fora de caixa, isto é, não ficar presos naquilo que já existe, mas mobilizando todos os conhecimentos teórico-práticos adquiridos, para fazer surgir algo do novo, há que ser criativos, flexíveis e imprevisíveis.

### **2.3. Modelos de intervenção em acolhimento residencial**

Os estudos mostram que não existe para a intervenção em acolhimento residencial um único modelo, neste sentido os modelos adaptam-se às necessidades.

De acordo com Silva e Gaspar (2019) os resultados dos estudos apontam que as intervenções são baseadas nas evidências com o intuito de responder, adequadamente, às necessidades das C/J acolhidos, (assim como os pais biológicos, outros cuidadores podem beneficiar de formação específica para melhor alcançar práticas positivas na gestão das dimensões emocionais e comportamentais, no estabelecimento de interações positivas e na promoção do desenvolvimento global das crianças acolhidas; a educação e a formação dos cuidadores podem melhorar o desempenho pessoal e, assim, obter resultados positivos para crianças e jovens acolhidos).

Nos modelos de intervenção no acolhimento residencial, referem que é promissor e eficaz proporcionar intervenções residenciais baseadas em evidências durante o tempo que crianças e jovens se encontram acolhidas, e que promovam o envolvimento da família, no sentido de melhorar o seu funcionamento psicossocial (De Swart et al, 2012 e Knorth, Harder, Zamdberg, & Kendrick, 2008, citado por Silva & Gaspar, 2019). Um dos resultados a que Moreira (2018), chega é precisamente a falta do envolvimento da família, que veio a surgir como proposta para as futuras intervenções.

“As evidências sugerem que a qualidade dos serviços de cuidados prestados está fortemente relacionada com o bem-estar emocional dos trabalhadores” (Berridge & Brodie, 1998, citado por Silva & Gaspar, 2019, p.126), “bem como a ausência de conflito e estabilidade das equipas, que se constituem como fatores importantes que influenciam a cultura da casa do acolhimento” (Madge, 1994, citado por Silva & Gaspar, 2019, p. 126).

Isto porque, o cuidador transmite aquilo que vive em cada momento, quanto melhor for o bem-estar emocional do cuidador, melhor será a sua intervenção e quanto mais unida e estável for a equipa, maior a probabilidade de promoverem um clima favorável entre si, manifestando união, ajuda mútua, disponibilidade em partilhar preocupações, atividades, confiança e evidentemente prestará um serviço com mais qualidade, isto é, estará a equipa toda unida pela mesma causa.

Os estudos realizados por Silva e Gaspar (2019), mostram que de facto existem vários programas de intervenção ao nível internacional, como a “abordagem relacional” (derivada da teoria de vinculação e da teoria de trauma); “estratégias comportamentais” (visa mudança de comportamentos, provém da teoria de aprendizagem social e da teoria cognitiva-comportamental); “Programa de Estimulação fazer Desenvolvimento” (PED); “Desenvolver a Sorrir” (programas para pais de crianças em situação de risco/perigo); Programas Anos Incríveis Básico), entre outros...

Outros estudos comparam o papel dos cuidadores em acolhimento residencial ao dos pais, uma vez que também exercem funções parentais (Bastiaanssen et al, 2014a, citado por Silva & Gaspar, 2019).

Em Portugal, embora a investigação seja essencialmente qualitativa e descritiva, (Martins, 2004, citado por Silva & Gaspar, 2019) há um interesse crescente sobre a intervenção e qualidade das interações cuidador-criança e dos serviços prestados em acolhimento (Pereira et al., 2010; Rodrigues, Barbosa-Ducharme & Del Valle, 2014; Silva, 2011, citado por Silva & Gaspar, 2019). Verifica-se um despertar para o relacionamento de qualidade.

Referenciando a Silva e Gaspar (2014) as autoras Silva e Gaspar (2019) realçaram que em Portugal no que diz respeito a casa residencial os resultados sugerem que os cuidadores tiveram a oportunidade de adquirir conhecimentos e competências relacionadas com a empatia e perceção das necessidades das crianças acolhidas, bem como com a parentalidade positiva e afeto.

De acordo com as informações recolhidas por Ferreira (2009), os assistentes sociais que trabalham nas CPCJ utilizam nas suas práticas profissionais, o modelo sistémico e o modelo ecológico, tendo em conta que, “tudo o que rodeia o menor, vai influenciar o seu comportamento”. Por um lado, mostra a preocupação não só com C/J de maneira isolada, mas enquanto ser em relação que influencia e é influenciado pelo meio que a circunda, por outro lado, que há uma responsabilidade compartilhada entre todos, isto é, as famílias não são únicas responsáveis pelas situações de risco nas crianças e para uma intervenção adequada às características de cada C/J é necessário um estudo social exaustivo.

Utilizam ainda um conjunto de ferramentas técnicas que lhes facilitam a realização da avaliação das necessidades da criança, competências parentais e recursos comunitários e fatores de risco/proteção, destacando o genograma (intervenção familiar) e o ecomapa (redes sociais).

Ainda em relação aos modelos de intervenção usada em todas as casas residenciais refere-se ao modelo estudo de caso apresentado por De Bruyne et al. (1975) citado por Lessard\_Hébert, Goyette, e Boutin (2008) como sendo o que permite uma abrangência total da situação, isto é, o modelo que implica uma participação ativa dos interventores e que possibilita um conhecimento mais aprofundado sobre a vida do indivíduo.

Tendo em conta que, em todas as CAR existem gestores de caso como o/a responsável principal para cada C/J, pois o gestor de caso é aquele que escuta, observa, descodifica, interpreta, aconselha, ou seja, cuida de todas as necessidades fisiológicas, de segurança, pertença, autoestima e autorrealização de cada C/J, pode ser numa intervenção direta, isto é, frente a frente com a C/J, ou indireta, isto é, representando a C/J como é no caso de organização de documentação, planificação de intervenção direta, intervenção no meio familiar, intervenção à escala de organismos sociais, entre outros, onde o profissional em nome das C/J intervém. (Ribeirinho, 2019). O gestor é o responsável de tudo o que diz-respeito à C/J dentro e fora da instituição, não significa um substituto parental, mas é o encarregado de educação daqueles C/J que lhe forem atribuídos.

#### **2.4.Serviço Social e crianças e jovens em perigo – intervenção em casa residencial**

O papel do Assistente Social na intervenção acarreta mobilizar um conjunto de conhecimentos teóricos que permitem guiar a implementação das atividades sem recorrer a abordagens do senso comum para a interpretação da realidade, bem como dos problemas que a compreendem, neste caso, a intervenção em casa residencial com C/J proveniente de situação de risco e perigo.

Uma C/J ao ser colocada em casa de acolhimento, que de acordo com os autores, Costa e Nobre (2019), deveria ser a última fase da sua vida, o é muitas vezes apenas mais uma etapa, leva o seu percurso de vida, que por sua vez, estão marcadas por trauma, abandono,

desvalorização, isto é, assim como o adulto, a C/J tem a sua história de vida, experiência pessoal que os autores a denominam por “bagagem”.

A primeira intervenção neste âmbito, consiste em (re)conhecer a bagagem para depois poder paulatinamente ir ajudando a C/J na reorganização da mesma, que por sua vez, leva o seu tempo. É um processo doloroso para as C/J em acolhimento residencial, num ambiente que lhes são estranhos, rever o seu percurso de vida, “recordar é viver”, perante pessoas que não conhecem. Nessa primeira fase de intervenção requer do profissional uma grande capacidade de resiliência, disponibilidade e foco, paciência e sobretudo amabilidade.

Por isso, é de fundamental importância o respeito pelo tempo que C/J necessita até à aceitação de querer libertar-se de alguns pesos, e assim com ajuda, reorganizar a sua bagagem.

Ultrapassada esta primeira fase, que está reservada ao conhecimento, desconstrução e possível integração/reorganização da bagagem, e considerando a complexidade do ser, é necessário a intervenção de vários agentes/ramos de saberes, para assim elaborar um diagnóstico, considerando os modelos (ecológico e sistémico); isto é, ter em conta todos os sistemas como a família, escola, igreja, hospitais, entre outros; assim como o meio ambiente pelo qual passa a C/J durante o período anterior à institucionalização de modo a considerar todos os pormenores de influência no crescimento e desenvolvimento dos mesmos para assim poder de maneira concreta elaborar um diagnóstico social. Salientaram os autores de que, este diagnóstico deve ser exaustivo e deve envolver todas as pessoas de referência e cuidadores de criança/jovem, pois existem várias versões da mesma história, assim cada intervenção deve ser única e adaptada/ajustada à cada C/J.

Isso implica a elaboração, em conjunto com cada C/J, uma abordagem que vá ao encontro das suas necessidades, utilizando os conhecimentos de múltiplas abordagens, ou seja, ter um plano de intervenção personalizado não significa criar um novo plano, mas sim criar um plano de novo, isto é, com base nos planos já existentes, ajustar, modificar, tendo em conta a característica individual de cada C/J.

Frisam os autores que, a tentação é sempre de replicar as abordagens que resultaram para uma C/J, isso provoca muitas vezes frustrações, nas mesmas. Pois, o plano de intervenção

deve ser personalizado, isso careça de tempo, dedicação, disponibilidade, e sobretudo a consciência de que a pessoa é única e deve ser vista e ajudada na sua unicidade. Mantendo uma relação profissional de proximidade e afeto conforme (Silva & Machado, 2021), já Costa e Nobre (2019), incluem a confiança nessa relação com os mesmos, tendo presente, por um lado, de que muitas vezes as C/J não reconhecem, de todo, a situação de perigo e, por outro lado, de que o comportamento não se altere do imediato, tudo leva o seu devido tempo.

O profissional deve usar linguagem acessível às crianças e nunca deve rotula-las, mas usando uma prática positiva no sentido de as incentivar a acreditar em si mesmo. Trabalhar no sentido de ir integrando o seu passado e assim desenvolver estratégias para a construção do seu futuro. (Costa & Nobre, 2019). Isso implica uma inteira disponibilidade da parte do profissional, não só em escutar com atenção, como em não fazer juízos, igualmente em utilizar linguagem perceptíveis às C/J, porque só nos abrimos verdadeiramente quando sentimos que do outro lado temos pessoas que nos compreendem, respeitam, se preocupam connosco, estão connosco e confiam em nós. Os jovens precisam de sentir, não só de saber, que alguém confia neles e os motiva a irem além, apesar de constrangimentos.

A confiança e a motivação são as chaves para o reerguer, sentir que não estamos sós, que podemos contar com alguém e que alguém conta connosco, nos valoriza. Visto que a integração do passado, requer primeiramente o seu reconhecimento, assumi-la com responsabilidade e dar-lhe o sentido, só assim se pode superar e olhar com esperança para o futuro.

Também implica o acompanhamento, isto é, o estar com, e para eles, pois o acompanhador é aquele que observa, chama atenção com caridade, corrige com amor, apoia com firmeza, descodifica com precisão, acuda com prontidão.

Costa e Nobre (2019) dizem que:

Quando falamos de crianças/jovens acolhidas, estamos a falar de verdadeiros sobreviventes, que têm histórias profundas e ricas em conhecimentos e experiência, sendo que o que nos transmitem, ajudará, em muito, ao sucesso da intervenção e permitirá delinear um plano de intervenção terapêutico único,

individual e que irá ao encontro do seu superior interesse – este sim, é o objetivo da nossa intervenção, enquanto Casas de Acolhimento. (p.48)

Concordando com os autores, podemos dizer que nada nem ninguém sabe explicar melhor a história do que aquele que a vive; por mais que tentemos, será sempre uma interpretação e as interpretações podem ser enviesadas; neste caso podemos dizer que só teremos um plano de intervenção terapêutico individual se verdadeiramente, for baseado na experiência do próprio indivíduo, por meio de uma escuta ativa relativamente aos seus sonhos e desejos mais profundos.

A continuidade da intervenção, dá-se na elaboração do projeto de vida que será acompanhado por um plano de intervenção terapêutica, que visa o empowrment, isto é, promover o “desenvolvimento de autoconfiança e autoestima das crianças acolhidas” (p.69), ou seja, permitindo que estas C/J continuem a desenvolver estratégias de se perspectivarem num futuro onde desenvolvam e possuam a capacidade de se projetarem no sonho que já construíram ou que podem vir a construir.

Este subponto do capítulo ajuda-nos a aperceber que a intervenção na casa do acolhimento residencial tem as suas fases bem delineadas, começando por identificação da bagagem, passando pela sua reorganização, tendo como alvo principal o sujeito de intervenção que é a própria C/J, na elaboração de um diagnóstico social que lhe permite ter um leque abrangente sobre o processo anterior à institucionalização em vários sentidos, e focando na C/J e com a sua colaboração poder elaborar um plano de intervenção individual que leva a construção do projeto de vida. Mostra-se claramente que a intervenção na casa residencial não é contínua, ou seja, tem um fim, e o fim dá-se com a construção do projeto de vida que permite à C/J a sua autonomização e posterior empowrment.

## **2.5.O processo de autonomização com vista à independência**

O objetivo das casas residenciais não se limita apenas em proteger do imediato às C/J que acolhem, mas também tem por missão dotá-las de competências pessoais e sociais para uma plena integração social posterior, (Silva & Machado, 2021), isto é,

incutindo nos jovens a necessidade de serem capazes de comunicar, escutar, colocar-se no lugar do outro (empatia), distinguir comportamento de risco e evitá-los, competências de controlo emocional e resolução de problemas, sendo capazes

de controlar as suas emoções em momentos de conflito e de tensão, e competências linguísticas e académicas, na medida em que são alvos de investimentos de hábitos de estudo e capacidade de aprendizagem (350).

pois, só através de um acompanhamento focado nas várias dimensões é que será possível o avanço para uma vida autónoma.

Nos termos do artigo 11º, alínea C do presente decreto-lei, alude ao apoio e promoção da autonomia dos jovens, (Decreto-Lei nº 164/2019-25 de outubro, 2019), na mesma linha, o resultado obtido por Moreira (2018), verificou-se que as instituições se esforçam na promoção do desenvolvimento das competências de autonomia nas C/J acolhidos (tarefas, atividades, regras, rotinas etc.), no entanto, devido ao número insuficiente de funcionários, subsiste ainda a dificuldade em trabalhar determinadas competências. Apesar de alguns apoios por parte da instituição, predomina o sentimento de que estão entregues a si próprios (Moreira, 2018). Pode se dizer que as casas residenciais elaboram planos de atividades constituindo um conjunto de ferramentas que vá ao encontro do pressuposto da lei, contudo, devido a fracos recursos humanos, não têm conseguido realizar um acompanhamento preciso e necessário para que realmente haja o desenvolvimento da competência de autonomia nas C/J acolhidas de uma forma plena.

De acordo com Vicente e Lopes (2021), o processo de autonomização no sentido de independência não é contínuo, como acima referimos, realiza-se por meio de planos, contudo, requer empatia, confiança, solidariedade, segurança e integridade, numa base dimensional afetiva, sentir experimental e não meramente concetual e depende de vários fatores (qualidade do acompanhamento técnico; modelo de funcionamento da casa; características individuais das C/J; e casualidade ou sorte); dimensões (atitudinal; emocional e funcional) e graus (Plenamente independente; Parcialmente independente; Parcialmente dependente; e Dependente).

Apesar da qualidade profissional não constitui o único fator da influenciação no processo de autonomização, contudo, é o profissional que tem a responsabilidade de promover uma dinâmica inter-relacionais, isto é, ouvir e responder com respeito; comunicar num quadro para a compreensão; construir relacionamentos; oferecer apoio emocional e desenvolvimental; estabelecer estrutura, rotina e expetativas; inspirar compromissos; desafiar o pensamento e as ações; partilhar poder e tomada de decisões; respeitar o espaço

e o tempo pessoal; descobrir o potencial e fornecer recursos; (Anglin 2004, citado por Silva & Gaspar 2019).

Na mesma linha, Silva & Machado (2021, p.348) realçaram que cabe ao profissional “assumir um papel orientador, sendo que têm como função demonstrar, orientar e corrigir, garantindo a aquisição desses conhecimentos pelos jovens”. Para isso o profissional deve ter informações sempre atualizadas, e estar apto para novos desafios, implica estar em formação contínua.

Em consonância e de acordo com os relatos de alguns jovens,

existia uma preocupação por parte dos técnicos em ouvir os jovens, nomeadamente no que diz respeito às regras ou abertura de novas ideologias, momentos esses que eram positivos e altamente marcados pela negociação e incentivo da responsabilidade de todos os intervenientes. (Moreira, 2018, p. 57).

No que diz respeito às rotinas, apesar de os jovens não as aceitaram de bom grado, reconhecem-nas como muito uteis na atualidade. (Moreira, 2018).

De acordo com Vicente e Lopes (2021) o profissional trabalha no sentido de provar (dando voz aos outros), promover (fazer andar para frente) e emancipar (tirar a mão, evitar sobre proteção), o técnico constitui um modelo de referência individual para as C/J, fazem-no a partir do seu temperamento e personalidade, mas também a partir das oportunidades e limites que lhes são dados pelas organizações. Quer dizer que o próprio ser do técnico, constitui o modelo de referência para as C/J, por isso é de extrema importância dar atenção ao perfil, gosto, ideal, aptidões dos técnicos, ou seja, não é qualquer pessoa que deve fazer parte no acompanhamento dos jovens em CAR.

Além dos fatores, a autonomização desenvolve-se em vários aspetos ou dimensões:

- Dimensão atitudinal (processo cognitivo associado à realização de escolhas e definições de objetivos);
- Dimensão emocional (processo afetivo, sentir confiante acerca dessas mesmas escolhas e objetivos);
- Dimensão funcional (processo regulatório de desenvolver estratégias com vista ao alcance dos objetivos definidos). (Vicente & Lopes, 2021)

Sendo a autonomia um processo não contínuo, que depende de vários fatores, além de qualidade de acompanhamento que também é influenciado tanto pela norma institucional como pela característica individuais de cada criança, não é alcançado da mesma maneira, ao mesmo nível para todos, os autores apresentam a autonomia pelo grau do alcance:

- Plenamente independente (tem garantida uma independência sustentada);
- Parcialmente independente (apresenta potencial de transição para uma independência plena);
- Parcialmente dependente (consegue viver de forma autônoma, contudo não consegue progredir para uma independência plena);
- Dependente (necessita de apoio técnico e financeiro permanente) (Vicente & Lopes, 2021).

## Capítulo 3

### Caracterização do campo de pesquisa

O estudo foi realizado numa instituição de acolhimento residencial situada no norte do país, que acolhe neste momento 33 residentes, de sexo masculino, com idade compreendida entre os 13 e os 19 anos.

O nosso estudo foi realizado numa instituição de acolhimento residencial situado no norte do país; é uma instituição particular de solidariedade, fundada a 6 de janeiro de 1814, por um sacerdote, com o intuito de recolher crianças e jovens que haviam perdido os pais, na sequência da segunda invasão do exército francês, ao Porto, em 1809, ocorreu a tragédia da Ponte das Barcas, onde milhares de portuenses ficaram sepultados nas águas do rio Douro; atualmente acolhe em regime de internato crianças e jovens de sexo masculino, em situação de risco/perigo, com idades compreendidas entre os 6 e os 25 anos, que residam ou se encontram em território nacional, conforme previsto na LPCJP art. 2º, encaminhadas pelo Tribunal de Menores e Família e Comissões de Proteção de Menores, é de utilidade pública e encontra-se inscrita na Direção geral de segurança social sob o nº73/83, de 28 de dezembro.

Essa instituição tem como missão a promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidade, nomeadamente no domínio do apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo, abrangendo todo o território nacional, pautada pelo princípio de solidariedade como propósito da existência da mesma, comprometida pelo espírito de equipa, afetividade, profissionalismo, qualidade, transparência, respeito, equidade e dignidade (regulamento interno). Para além do acolhimento das C/J em situação de risco/perigo, a instituição atende outras duas respostas sociais a denominar: Creche e Jardim de Infância, contudo, vamos caracterizar apenas a resposta social do acolhimento residencial, tendo em consideração a área de investigação em causa, e a parte comum a todas as respostas sociais.

Para proceder com a sua caracterização, recorreu-se a observação de seguintes documentos reguladores das suas atividades: Regulamento Interno (R.I); e Plano Anual de Atividades (PAA), igualmente considerou-se a análise de algumas informações obtidas a partir da conversa informal, e algumas observações. (mapa do pessoal; lista dos utentes; ...)

A casa do acolhimento residencial funciona todo o ano, 24h por dia, em regime aberto e tem como objetivo principal “a promoção do bem-estar e qualidade de vida a C/J com medida de acolhimento residencial” (Regulamento interno, 2021), isto é, o centro aposta no garante do desenvolvimento integral e bem-estar da C/J, abrangendo três valências (Casa de Acolhimento Residencial (CAR); Centro de Acolhimento Temporário (CAT) e Unidade de Emergência (UE)).

Esta infraestrutura de acolhimento residencial tem a capacidade para acolher um total de 92 C/J, sendo 80 para CAR, 8 para CAT e 4 para UE, atualmente, acolhe 33 C/J com idade compreendida entre os 13 e os 19 anos, contando com 21 em CAR, 8 em CAT e 4 em UE, entre eles 9 estão no programa de autonomia, sendo que 4 já têm projeto de vida para autonomia.

Existe o acordo de cooperação com o Centro Distrital da Segurança Social do Porto o qual comparticipa com as despesas nos serviços do centro.

**De acordo com a Lei 147/99 de 1 de setembro, fazem parte da Estrutura Organizativa dessa instituição as seguintes:**

- **Administração** enquanto atividade intelectual dentro das organizações. É constituída pelos membros que determinam os objetivos, metas e resultados a serem atingidos, bem como a programação dos recursos e bens necessários para o alcance das metas estabelecidas, através de processos adequados de tomadas de decisão nos vários níveis da organização. (Carrer, 2023);
- **Direção Técnica**, é uma função que deve ser desempenhada pelo (a) técnico (a) com formação superior em ciências sociais, que assume e desempenha a função de dirigir o estabelecimento, comprometendo-se pela programação de atividades e a coordenação e supervisão de todo o pessoal, atendendo à necessidade de estabelecer o modelo de gestão técnica adequada ao bom funcionamento da resposta e ou respostas sociais para o (a) qual e ou quais são nomeados (as). (Easp.pt, 2023);
- **Equipa Técnica**, constituída de modo pluridisciplinar, integra obrigatoriamente, colaboradores com formação mínima correspondente a licenciatura nas áreas da psicologia e do trabalho social, sendo designado, sempre que possível, o diretor técnico de entre estes;

- **Equipa Educativa** integra, preferencialmente, colaboradores com formação profissional específica para as funções de acompanhamento socioeducativo das crianças e jovens acolhidos e inerentes à profissão de auxiliar de ação educativa e de cuidados de crianças;
- **Equipa de Apoio** integra, obrigatoriamente, colaboradores de serviços gerais. (Lei nº 147/99 de 1 de setembro; Regulamento interno).

Encontra-se afixada as seguintes documentações:

- ✓ Quadro de pessoal, com a indicação do número e recursos humanos, a respetiva função e horários;
- ✓ Identificação do diretor técnico;
- ✓ Horário de funcionamento da casa e restantes setores;
- ✓ Regulamento interno;
- ✓ Mapa semanal das ementas;
- ✓ Valor da comparticipação financeira da segurança social nas despesas de funcionamento da casa de acolhimento;
- ✓ Referência à existência de Livro de Reclamações. (Placar, confirmada em norma XXVIII de regulamento interno).

O regulamento interno é um documento que estabelece os princípios base da casa e os seus objetivos, assim como os direitos e deveres tanto dos utentes como do próprio centro (todos os intervenientes) e das famílias; está previsto o cumprimento do exposto na LPCJP, esclarece os pressupostos do acolhimento; as suas regras e normas, as rotinas, prevê a elaboração do plano anual de atividades, plano individual de intervenção, a supervisão, avaliação e fiscalização do mesmo.

**A instituição dispõe de um espaço físico constituído por:** uma secretaria; uma cozinha; um refeitório (almoço e jantar); uma lavandaria; uma capela; o economato; uma loja social, um café, estes espaços são comuns às outras respostas sociais. E uma área residencial do acolhimento às C/J em situação de perigo, com base na aplicação de uma medida de promoção e proteção, que de acordo com a observação e conversas informais com os funcionários, a residência é constituído por 6 pavimentos, fechada de cantaria e reboco, constituído por 66 divisões, sendo:

- 4 divisões no piso -2 (1 salão de atividades lúdicas, 1 sala de computadores, 1 de playstation, e 1 WC);
- 12 divisões no piso -1 (1 gabinete do pessoal educativo, 1 sala de atendimento a utentes, 2 salas de estudo, 1 gabinete médico, 2 arrumos, 1 armazém da rouparia, 1 rouparia, 1 refeitório para pequenas refeições (pequeno-almoço, lanche e ceia) 2 WC;
- 19 divisões no Rés do Chão/piso 0, (12 quartos; 1 WC comum para os A/J, 2 WC para funcionários, 1 gabinete do Diretor técnico, 2 gabinetes dos técnicos, 1 sala de reunião);
- 21 divisões no 1º andar (17 quartos, 2 casa de banhos para uso comum, 1 wc para funcionários de serviços gerais, 1 sala de arrumos);
- 8 divisões no 2º andar (5 quartos, 2 casas de banho, 1 sala de arrumos);
- 2 divisões no 3º andar (1 biblioteca e 1 sala de cinema);
- tem logradouro e anexa 1 propriedade rústica.

Obs: A casa conta com 34 quartos sendo 14 com capacidade triplo, 15 com capacidade duplo e 5 com capacidade individual, entre estes 4 tem casa de banho privada. (calculando a capacidade real pelos números dos quartos contabilizados, nota-se que na realidade a capacidade de acolhimento era de 87 C/J, isso levou-me a questionar o diretor técnico, o porquê de 92 se na realidade só podem acolher os 87 C/J, o qual esclareceu: “divido ao número reduzido das C/J já há alguns anos, nós utilizamos, alguns quartos para ocupa-los em armazém de rouparia, arrumos etc, e se por acaso vier a ser preciso os 92 residentes esses espaços voltarão a ser os quartos.” E que atualmente cada C/J ocupa um quarto, sozinhos com exceção de dois irmãos que partilham o quarto).

No que se refere ao recurso humano, a instituição é constituída por 41 funcionários, distribuídos por diversas categorias:

A Administração é constituída por 6 membros, sendo 1 presidente da mesa administrativa; 1 diretor financeiro; 1 chefe de divisão; 1 tesoureiro; e 2 de escritório.

A Equipa técnica, é constituída por 9 técnicos, sendo 4 técnicos superior de Educação Social, entre eles 1 diretor técnico; 3 Assistentes Sociais; 1 psicólogo e 1 professor. Todos os técnicos desempenham função de gestor de caso, com as seguintes divisões: 13 para

os do técnico superior de Educação Social; 13 para os Assistentes Sociais; 3 para o psicólogo e 4 para o professor.

A Equipa educativa, é constituída por 11 Ajudante da Ação Educativa.

A Equipa de Apoio, é constituída por 15 funcionários, sendo 2 cozinheiros; 3 ajudantes de cozinheiro; 8 agentes de serviços gerais; 1 porteiro; e 1 motorista de ligeiros.

De acordo com o plano anual de atividades (2023, p.1) a casa residencial tem como finalidade “proporcionar uma estrutura de vida estável com vista ao desenvolvimento físico, intelectual, moral e à inserção na sociedade, através de um acompanhamento personalizado e flexível, tendo em conta que se destinam a C/J com percurso de vida complexos e idades variadas”, as atividades propostas no plano encontram-se divididas em três partes a indicar:

- ✓ **Apresentação de atividades que fazem parte ativa do quotidiano** (apoio ao estudo, projeto desporto, comemoração dos aniversários, e projeto de competência para a vida diária.);
- ✓ **Atividades pontuais** (celebrações: Dia da Instituição, carnaval, Dia do Pai, atividades dos tempos livres- férias da Pascoa, Dia da Mãe, Dia Internacional de Família, Dia Mundial da Criança, Santos Populares- festa de S. João, festa de encerramento do Ano Letivo, Dia dos Ex-Alunos, atividades dos tempos livres- férias de Verão, Regresso às Aulas, Dia Mundial do combate ao Bullying, celebração do Halloween, celebração de S. Martinho- Magusto, decoração da casa para a celebração do Natal, atividades dos tempos livres- férias de Natal, Festa de Natal.);
- ✓ **Atividades complementares de união grupal** (Paintball, Kart Center, Caminhada no Geres (Soajo), Escape Rooms ou Occultus Room Escape, Visita ao world of discoveries (museu interativo)).

Obs. Em todas as atividades está: a calendarização, intervenientes, descrição da atividade, objetivos e itens de avaliação. O plano é elaborado para 12 meses, de janeiro a dezembro

De acordo com o regulamento interno, (2021) a casa residencial rege-se pelo estipulado nos estatutos da instituição e instrumentos técnico-legais abaixo indicado:

- ✓ Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 172/2014-A de 14 de novembro de 2014 que aprova os Estatutos das IPSS;
- ✓ Despacho Normativo nº 75/92, de 20 de maio, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo nº 31/2000, de 31 de janeiro – Normas reguladoras da cooperação;
- ✓ Lei nº 147/99 de 1 de setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), com as alterações introduzidas pelas Leis nº 31/2003 de 22 de agosto, 142/2015 de 8 de setembro, 23/2017 de 23 de maio e 26/2018 de 5 de julho;
- ✓ Decreto-Lei nº 164/2019 de 25 de outubro \_estabelece o regime de acolhimento residencial, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo;
- ✓ Legislação de cooperação entre o Instituto de Segurança Social e as Instituições Particulares de Solidariedade Social \_ Lei nº 196-A;
- ✓ Decreto-Lei nº 2/86, de 2 de janeiro \_ define os princípios básicos a que devem obedecer os lares, como forma de resposta social dirigida aos menores, transitória ou definitivamente, desinseridos do meio familiar;
- ✓ Legislação de Bases da Economia Social\_ Lei nº 30/2013;
- ✓ CDC aprovado em 8 de junho de 1990 e ratificada pelo Presidente da República em 12 de setembro;
- ✓ Protocolo de cooperação em vigor;
- ✓ Contrato Coletivo de Trabalho para as IPSS;
- ✓ Orientação do Manual da Qualidade de colhimento Institucional do ISS;
- ✓ Demais legislação aplicável e pelas seguintes normas.

Considera-se importante evidenciar as rotinas/horários da Casa do Acolhimento Residencial:

- Acordar, levantar, higiene pessoal e arrumação do espaço próprio \_ 06h:30 às 08h:30;
- Pequeno-almoço \_ 07h às 09h;
- A deslocação para a escola e outras atividades é feita de acordo com o horário de cada um;
- Apoio ao estudo, outras atividades internas ou externas \_ 09h às 12h;

- Almoço \_ 12h às 14h;
- Apoio ao estudo, outras atividades internas ou externas \_ 14h às 19h:30;
- Lanche \_ 16h:30;
- Assembleia de crianças e jovens \_ 18h às 19h:30 (realizada com prioridade mensal);
- Jantar \_ 19h:30 às 20h:30;
- Atividades lúdico-pedagógicas e tempo livre \_ 20h:30 às 21h:30;
- Ceia \_ 21h:30 às 21h:45;
- Higiene pessoal e deitar \_ 22h.

## **Capítulo 4**

### **4. A prática profissional dos Assistentes sociais - Análise de conteúdo.**

Antes da análise do conteúdo propriamente dita, abordaremos o método da nossa pesquisa.

#### **4.1. Principais procedimentos metodológicos utilizados**

Partindo do pressuposto que qualquer trabalho científico, baseia-se na escolha da metodologia adequada que permita a sua materialização; e tendo em conta que o objetivo do nosso estudo é perceber a realização do trabalho profissional dos Assistentes Sociais com crianças e jovens institucionalizados que não contam com retaguarda familiar e, como este trabalho é compreendido pelos sujeitos da intervenção, centramo-nos numa abordagem qualitativa. Esta enfatiza a especificidade/singularidade de um fenómeno em termos de suas origens e sua razão de ser, também porque apoia-se no pressuposto em que se dá maior relevância ao aspeto subjetivo da ação, e defende a superioridade de um método que fornece uma compreensão profunda de certos fenómenos sociais.

Evitar números e lidar com interpretações das realidades sociais, são considerados pesquisas Soft. Também, trabalhamos com uma metodologia que contempla a pesquisa bibliográfica e a análise documental.

As técnicas que foram utilizadas para a recolha das informações foram essencialmente através de entrevista semiestruturada. Para uma melhor compreensão e aprofundamento da temática em estudo, também utilizamos a observação participante, como forma de aprofundar as informações e os resultados das entrevistas e ter uma visão mais global e aprofundada sobre o processo de acompanhamento aos residentes, com vista a autonomia de vida.

##### **4.1.1- Abordagem da pesquisa**

Para a execução deste trabalho, a abordagem qualitativa, revela-se indispensável, pois ajuda-nos a conferir à investigação o caráter que se requer numa investigação realizada no âmbito das Ciências Sociais e Humanas.

Todavia, para melhor entendimento desta abordagem, recorreremos às contribuições dos apontamentos das aulas de metodologia de investigação essencialmente quando referiu a abordagem qualitativa, como sendo, raciocínio hipotético-indutivo, isto é, processo de generalização em que observações específicas (dados empíricos) são utilizadas para criar uma teoria. (apontamento das aulas de metodologia de investigação).

- **Métodos de pesquisa**

A metodologia de pesquisa utilizada no nosso estudo cingiu-se, num primeiro momento, à pesquisa bibliográfica e análise documental, com o objetivo de aprofundar o referencial teórico de suporte à investigação.

Num segundo momento, a preocupação com a recolha de informações empíricas relacionadas com o tema em questão, que ditaram a pertinência da escolha dos métodos e técnicas do nosso estudo.

Num terceiro momento, a realização dum estágio de observação por um período de dois meses (05-09-2023 a 09-11-2023) das 10h às 17h de segunda a quinta e na sexta até às 13h.

Num quarto momento, a realização das entrevistas, primeiramente aos Assistentes Sociais e posteriormente aos residentes;

Num quinto momento a transcrição das entrevistas;

Num sexto momento, o tratamento e análise das informações e dos dados das entrevistas (análise de conteúdo).

De entre os vários métodos para a realização de qualquer trabalho científico, optamos pelo método, “estudo do caso”, que segundo Amado (2017), trata-se de uma abordagem qualitativa que surge da vontade de conciliar interesses de natureza investigativa e política, como acontece com outros tipos de abordagens qualitativas, designadamente a etnografia e a biografia e , mais tarde, a investigação-ação.

“permite explorar a complexidade de determinados contextos”. (Gonçalves, Gonçalves, & Marques, 2022, p. 18). Tende a refletir a complexidade do fenómeno que estuda (Amado, 2017).

Gall e colaboradores (2007) citado por Amado (2017) define estudo de caso de investigação “como um estudo em profundidade de um ou mais exemplos de fenómeno no seu contexto natural, que reflete a perspetiva dos participantes nele envolvidos”(p.126) Para Yin (1989) citado por Amado (2017) a grande orientação do estudo de caso não é saber o quê e o quanto, mas o como e o porquê.

- **Técnica de pesquisa**

Neste estudo, a técnica de pesquisa utilizada será a entrevista semiestruturada, como sendo a mais utilizada em investigação social e a observação participante. É

semiestruturada no sentido em que não é inteiramente aberta, nem encaminhada para um grande número de perguntas precisas.

Geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado. As perguntas não têm de ser colocadas, necessariamente, pela ordem em que as anotou e sob a formulação prevista, tanto quanto possível, “deixar andar” o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier. O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objetivos estabelecidos, cada vez que este se desviar do assunto.

De acordo com Rocha (2021) a entrevista semiestruturada consiste em guiar o entrevistado por meio de uma espécie de lista de tópicos, cujo objetivo é garantir que todos os pontos relevantes foram abordados. Uma abordagem adequada para adquirir informações específicas sobre o objeto de pesquisa.

Para o aprofundamento das entrevistas recorreremos ao instrumento de observação participante, pois ela implica, uma relação de proximidade e certa experiência do investigador em relação ao observado, preocupa-se mais com os porquês, daí que, antes de ir ao terreno o investigador deve de antemão saber o que e quem observar.

No pressuposto de Ball (1989), citado por Amado (2017), a observação participante pode ser no sentido rígido ou no sentido flexível, isto é, o investigador faz a experiência do observado, ou o investigador pode participar sem ter que fazer a experiência do observado.

Para analisar os dados recolhidos recorreremos à análise de conteúdo como sendo uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda sorte de comunicações.

De certo modo, a análise de conteúdo, é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados recolhidos, pois, não é possível uma leitura neutra, objetiva e completa. Os valores e a linguagem do objeto analisado “[...] e do pesquisador, bem como a linguagem cultural e os seus significados, exercem uma influência sobre os dados da qual o pesquisador não pode fugir”. (Cardoso, Oliveira, & Ghelli, 2021, P.3)

### **Sujeitos:**

Antes de mais gostaríamos de realçar, uma vez mais, que o estudo foi realizado numa instituição de acolhimento residencial situada no norte do país, que acolhe neste momento 33 residentes, de sexo masculino, com idade compreendida entre os 13 e os 19 anos.

Tendo em conta que, todos os técnicos da casa desempenham função de gestor de caso; a casa conta com 3 assistentes sociais, de sexo feminino, assumindo a responsabilidade dos 13 residentes, com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos; sendo 8 da valência de CAR; 4 da valência de CAT e 1 de valência EU. Considerando que os da UE não têm um projeto de vida definido pelo caráter de emergência, que de acordo com a lei deve ser acolhido por um período de 48 horas máxima, porém, têm estado nessa situação de emergência por mais de 5 meses. Apesar de ter gestor de caso encontra-se sob a responsabilidade de SS e não de CAR.

Os 12 residentes, todos eles têm como projeto de vida principal a reunificação familiar e 6 deles com projeto de vida alternativo a autonomia de vida. Isso porque, segundo a informação recolhida numa conversa informal, “os jovens normalmente trazem consigo um projeto de vida já definido pela SS”, que pode ser alterado, modificado ou ajustado conforme o crescimento, desenvolvimento da situação ou interesse do residente.

O que justifica a criação do projeto alternativo é a constatação da fragilidade, inadequação do contexto familiar para a reintegração, de todas as formas a autonomia é trabalhada de acordo com a necessidade e crescimento de cada residente independentemente do seu projeto de vida, tendo em conta que todo o ser humano precisa de certa autonomia para se relacionarem uns com os outros.

E tendo em conta que o tema do nosso trabalho é precisamente o processo de autonomização dos jovens que não conta com retaguarda familiar optamos por trabalhar/entrevistar apenas os 6 residentes que possuem de um projeto de vida alternativo a autonomia de vida, isto é, o alvo do nosso estudo foram as 3 Assistentes Sociais e os 6 residentes.

## **4.2. Análise e discussão dos resultados**

Após à recolha de informações por meio de observação participante e entrevistas semiestruturadas, procede-se com o tratamento de dados por meio de análise de conteúdo. As entrevistas foram gravadas e transcritas e só depois de averiguar a sua fidelização, foram categorizadas as questões de modo a que vamos apresentar a sua análise por categorias. Durante percurso de recolha de informações, procuramos compreender como é que as assistentes sociais estão a trabalhar o processo de autonomização dos jovens, quais os desafios que enfrentam e as estratégias utilizadas para promover a autonomia dos residentes. Além disso, também exploramos as experiências e perspectiva dos jovens em relação ao processo de autonomização e aos seus projetos de vida alternativo.

Passamos por indicar as categorias de análise:

1. Os processos e desafios no dia a dia de trabalho com os residentes e a importância da sua participação nas decisões que lhes dizem respeito;
2. Como se percebe o papel ou a importância das leis e instituições públicas na promoção e garante dos direitos das C/J atendidas pela CAR;
3. Como é feito a preparação dos residentes para a saída da instituição e a sua reintegração social;
4. Como avalia o trabalho desenvolvido na CAR com os residentes;
5. Quais os principais desafios e perspectivas para o trabalho da CAR no futuro.

### **4.2.1. Os processos e desafios no dia a dia de trabalho com os residentes e a importância da sua participação nas decisões que lhes digam respeito.**

Antes de mais, gostaríamos de realçar que, o acolhimento residencial, sendo uma das medidas de promoção e proteção criada pelo governo, regulamentada pelo atual decreto lei n.º 164/2019, de 25 de outubro, cuja a finalidade primordial é proteger as C/J em situação de risco/perigo promovendo o seu bem-estar visando o seu superior interesse é por natureza desafiante, tendo em conta que, exige uma abordagem multidisciplinar, participativa e contínua, visando o desenvolvimento integral e a autonomia dos jovens.

O primeiro passo está na entrada de novos membros, a forma como se recebe cada novo membro que chega, acto de acolher, posteriormente a sua inserção no grupo já constituído, tendo em consideração um conjunto de intervenções que se encontra no plano anual de atividades da CAR, esse plano é elaborado tendo em conta o envolvimento não só dos

profissionais da instituição, mas também dos próprios residentes. Realçou a entrevistada III, “realizamos reuniões regulares para discutir as atividades propostas, levando em consideração as necessidades, interesses e características dos jovens”; acrescentou a entrevistada II, “também consideramos os recursos financeiros disponíveis”, para garantir a viabilidade das atividades planejadas. Além disso, “temos em conta o calendário de férias escolares, para facilitar a participação dos jovens nas atividades”, (entrevistada I). A participação dos jovens no processo de elaboração e implementação dos planos de atividades fortalece a sua autonomia, autoestima e sentido de pertença, promovendo um ambiente mais inclusivo e colaborativo. A transparência, o diálogo e o respeito mútuo são fundamentais para o sucesso desse processo, garantindo que as decisões sejam tomadas em conjunto e levando em consideração as diferentes perspectivas e necessidades de todos os envolvidos.

Para além de um plano anual de atividades, que serve de guia de orientação para o funcionamento da CAR, há que ter presente de que cada residente apresenta as suas características, interesses, desejos, sonhos que lhes são próprios, e a necessidade de ser acompanhado na sua unicidade, surge então a necessidade de elaboração de um plano de intervenção para cada residente, no qual é denominado de plano socioeducativo individual (PSEI), estando assim em concordância com o dito pelos autores, Costa e Nobre (2019), ao referirem a necessidade de adaptar as abordagens à cada C/J.

De acordo com a observação dos dossiês e confirmada com os dados das entrevistadas, há um período de dois meses após à entrada das C/J na instituição para a elaboração do PSEI, tendo em conta que esse é um período em que se faz os levantamentos das necessidades, tantos dos residentes, em termos da escola, saúde ... como dos seus familiares quando houver, ou seja, é o período do diagnóstico social; segundo a perspectiva dos autores Costa e Nobre (2019) esse diagnóstico deve ser exaustivo e deve envolver todas as pessoas de referência e cuidadores de criança/jovem, pois existem várias versões da mesma história; é de frisar que todas as C/J, com exceção dos da unidade de emergência (UE) , trazem consigo o projeto de vida, que na sua maioria se trata de reunificação familiar.

Contudo, os próprios usuários desse projeto não têm conhecimento da sua especificidade, realçou o diretor técnico numa conversa informal, que o motivo pela qual não se aborda abertamente sobre o tipo de projeto em que cada residente se encontra é precisamente

para que não haja diferenciação nos tratos, ou relações entre eles, partindo do pressuposto de que não sabendo, se sentem todos uma só família, com diferentes idades e maturidades entre os membros.

O PSEI, inicialmente é elaborado tendo em conta o projeto de vida de cada residente, e baseado no diagnóstico social, por meio de elaboração dos objetivos, que pode ser apenas um ou vários dependendo de cada caso, contudo, frisam as entrevistadas que há pouca formalidade no que se refere às recolhas de informações junto aos residentes, e não se fala abertamente do termo PSEI, utilizando linguagem mais adaptada às idades, como é o caso, o que gostaria de fazer, como, quando, o que pensa sobre..., que tal isso ou aquilo, reportando à contribuição de Costa e Nobre (2019) ao referir que os profissionais devem utilizar uma linguagem perceptível às C/J, sempre ou quase sempre nas conversas informais, mas tudo o que é partilhado se for conveniente é invertido no plano e é apresentada ao tribunal para a sua revisão semestralmente; para os residentes com idade superior aos 12 anos é sugerido que mande por escrito a sua opinião relativamente à medida que lhe está sendo aplicada; essas opiniões são depois introduzidas no PSEI.

Embora o termo PSEI não seja utilizado nos encontros presenciais com os residentes, todos sentem que as suas opiniões são tidas em consideração por parte dos seus técnicos de acompanhamento e frisam que se sentem bem acolhidos (residentes entrevistado); nesse sentido podemos dizer que, o processo de elaboração e revisão do PSEI envolve a avaliação das necessidades e competências dos jovens, a consideração da opinião dos mesmos, a revisão periódica do plano e a flexibilidade para ajustá-lo de acordo com a evolução de cada caso. A participação ativa dos jovens nesse processo é vista como essencial para garantir o sucesso e a eficácia das medidas adotadas.

Dessa forma, a CAR, busca garantir que as atividades propostas sejam realmente significativas e adequadas para os jovens atendidos, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal, social e profissional.

A avaliação do PSEI pode dar origem a um novo PSEI ou à sua continuidade, a alteração do PSEI tem muito haver com o desenvolvimento das necessidades, avanço ou retrocesso do empenho ou desempenho tanto dos residentes como dos seus familiares, relativamente às suas necessidades e superior interesse; todavia, frisou a entrevistada III, “nós temos que batalhar um bocadinho nisso, porque nem sempre o tribunal e a comissão aceita as nossas decisões, porém, os jovens estão implicados nesse processo sempre”. É o tribunal

quem decide as medidas a serem aplicadas, embora baseado nas informações recolhidas junto aos gestores, EMAT, SS, porém, na realidade isto nem sempre acontece, como o testemunhou um juiz numa conferência, dizendo que, os gestores são poucos ouvidos, e que devem perseguir os juízes, serem persistentes e não encerrar os casos com a entrega das informações, mas ir atrás para saberem o andamento do processo (o que estão a fazer e como o fazem...)

O apoio personalizado, a comunicação aberta e o trabalho em equipe são fundamentais para superar os desafios do dia a dia e garantir um acompanhamento eficaz e adequado às necessidades e interesses dos residentes;

Apesar das entrevistadas realçarem que gostam do que fazem e se sentem realizadas profissionalmente, contudo, enfrentam desafios e dificuldades, principalmente quando os jovens com quem trabalham não colaboram ou não evoluem como esperado, quando o acompanhamento familiar fracassa, quando o seu trabalho é pouco reconhecido pelo tribunal... A frustração e o desânimo são sentimentos presentes em alguns momentos; mesmo diante das dificuldades, perseveram e procuram focar sua energia nos que estão dispostos a evoluir, buscando apoio e conselhos com os colegas quando necessário (interrogamo-nos: “porquê que eu fiz”, partilhamos, buscamos ajuda: “olha aconteceu-me isto com este o quê que eu vou fazer, o quê que eu faço?” também falamos que é para ver, outras pessoas podem ter as ideias mais claras ou outro tipo de perceção, entrevistada III).

Em resumo, apesar dos altos e baixos, as entrevistadas demonstram um forte compromisso e dedicação ao trabalho que realizam com os residentes.

A promoção da autonomia e da emancipação dos jovens são pilares essenciais nesse processo, exigindo o envolvimento ativo dos residentes e o suporte de profissionais capacitados, estruturas adequadas e parcerias externas. As entrevistadas concordam que a opinião dos jovens é fundamental no processo de elaboração e revisão do PSEI. As Assistentes Sociais entrevistadas destacaram que mesmo que as decisões finais possam não depender diretamente dos profissionais das instituições, é importante considerar e respeitar a opinião e os interesses dos jovens em todas as etapas do processo, isso remete à contribuição do Ribeirinho (2019) ao frisar que gestor de caso é aquele que cuida de todas as necessidades: fisiológicas, de segurança, pertença, autoestima e autorrealização de cada C/J, numa intervenção direta e ou indireta.

É um processo contínuo de avaliação e ajustes, buscando sempre oferecer atividades que sejam relevantes e atrativas para os jovens, nesse sentido, abordou a entrevistada III “Algumas atividades que achamos que devem ser alteradas, porque os jovens não aderem, tentamos falar com as que vem cá estar com os jovens, se calhar tentar alterar aqui alguma coisa que os cativa ainda mais”. Nota-se que as atividades nem sempre são implementadas da mesma maneira que se planeia inicialmente, está sempre em aberto a adaptações aos interesses dos residentes; na mesma linha realçou a Doutora “porque eles precisam de ser cativados continuamente e não podem estar em atividades que... se eles não gostam mesmo, se não os cativam, eles também não aderem, nós temos que estar sempre a tentar e até agora nós temos conseguido, eles têm participado e têm colaborado” (entrevistada III).

#### **4.2.2. Como se percebe o papel ou a importância das leis e instituições públicas na promoção e garante dos direitos das C/J atendidas pela CAR?**

Tanto as leis quanto as instituições públicas desempenham um papel crucial na promoção e garante dos direitos das C/J atendidas pela CAR; tendo em conta que fornecem um quadro legal que protege esses indivíduos de abusos, violências de direitos e negligências, nesse sentido as entrevistadas realçaram que a lei é muito importante na medida em que fornece uma base orientadora comum para a intervenção em acolhimento residencial, permitindo assim certa coesão nos princípios fundamentais. Além disso, as instituições públicas, como o sistema de justiça, a polícia, os órgãos de proteção à infância e adolescência, segurança social, entre outros, são responsáveis por fiscalizar e garantir que os direitos das C/J sejam respeitados. Nesse sentido, durante o período de observação, pudemos constatar de que a CAR conta com a supervisão mensal de um dos membros de Segurança Social, cuja a finalidade não se resume apenas em saber como a casa funciona, mas sobretudo de acompanhar os processos e orientar para uma melhor intervenção.

Essas leis e instituições também são essenciais para fornecer recursos e apoio à C/J em situação de vulnerabilidade e risco que se encontram na CAR, principalmente no que se refere ao acesso à educação, saúde, assistência social, alimentação adequada...estas despesas, segundo o regulamento interno da CAR, são asseguradas pela segurança Social.

Portanto, o papel e a importância das leis e instituições públicas na promoção e garantia dos direitos das crianças e jovens atendidas pela CAR são fundamentais para assegurar um ambiente seguro, saudável e protetivo para que esses indivíduos possam realizar-se enquanto pessoas condignas.

#### **4.2.3. Como é feito a preparação dos residentes para a saída da instituição e a sua reintegração social**

Uma vez mais, gostaríamos de realçar que, a institucionalização de qualquer C/J trata-se de um período temporário de promoção e proteção em situação de risco/perigo, visando também a preparação para a reintegração social, por meio de um projeto de vida concretizada através de um plano socioeducativo individual (PSEI). É durante esse período que o profissional em conjunto com outras entidades promove, prepara, capacita, e instrui o residente para a sua “desinstitucionalização”; ou seja, ajudar o residente a consciencializar-se de que está numa fase transitória, para isso, são necessários os ajustes adequados no PSEI, passando assim por algumas etapas que, de acordo com os resultados das entrevistadas passamos por referenciar:

**1ª- A mudança para o piso de pré autonomia:** a CAR tem um piso considerado de pré autonomia constituído por quartos individuais, com casa de banho interna, onde os residentes com projeto de vida para a autonomia, com idade superior aos 16 anos vão ocupá-los, mantendo assim a sua privacidade.

**2ª- A responsabilização para a prática diária:** embora a autonomia seja transversal a todos os residentes, ela é mais visível para os residentes que não contam com retaguarda familiar, daí a necessidade de um maior reforço na intervenção, realçaram as Assistentes Sociais entrevistadas, nesta fase eles vão realizando as suas tarefas de forma mais autónoma, ex: o acordar, tomar banho, estar atentos aos seus horários, os cuidados com as roupas, arrumar os quartos... e “na medida em que se vão mostrando capazes, vamos responsabilizando-os” (entrevistada I), na gestão do tempo, e gestão financeira (ajudá-los a saber como poupar e como gastar).

**3ª- Avaliação do progresso do residente:** é de extrema importância avaliar o desenvolvimento do residente durante o período em que este se encontra na instituição, permitindo assim, averiguar as suas conquistas, desafios, e áreas em que ainda precisa de

maior cuidado e apoio. Neste sentido realçou a entrevistada III “nós aí também vamos percebendo se eles conseguem ter essa autonomia ou não, porque quando não a tem eles deixam de ocupar esse quarto e nesse caso, passam novamente para os outros quartos onde estão os jovens em geral”. Nota-se de que a avaliação ajuda muito para as possíveis correções e é usada como meio para um melhor acompanhamento e preparação dos residentes. A CAR conta com uma grelha de avaliação semanal que lhes permite acompanhar o desenvolvimento de cada residente e poder assim intervir atempadamente, caso necessário.

**4ª- Elaboração de um plano de transição:** para cada residente com vista a reintegração social deve ser criado um plano individualizado de transição, cuja as metas, os objetivos e as estratégias são precisas, claras, e concretizáveis; que o possa servir de auxílio posteriormente, ressaltando a entrevistada III, “nós tentamos sempre que estes jovens que sabemos à partida que não vão para a reunificação familiar, que quando saírem daqui que já têm uma vida mais ou menos planeada e que sabem fazer o básico para se conseguirem organizar posteriormente”.

**5ª- Acompanhamento psicológico:** partindo do pressuposto de que qualquer mudança implica certas frustrações, torna-se de suma importância um suporte psicológico, sobretudo nesse processo de transição, que os ajude a lidar de forma positiva com essas questões, proporcionando apoio emocional, auxiliando na resolução de conflitos, tanto internos como externos, promovendo o autoconhecimento e a autonomia, e desenvolvendo estratégias para lidar com os obstáculos do processo de transição. De acordo com a observação dos dossiês e confirmada com os resultados das entrevistas os residentes beneficiam de acompanhamento psicológico desde a sua chegada à instituição quando necessário (entrevistada II).

**6ª- Orientações práticas:** antes de qualquer mudança é preciso certas preparações, sobretudo no que se refere ao como, isto é, saber os meios, as formas, os recursos disponíveis para tal, nesse caso, os residentes precisam de ser orientado em questões práticas relativamente à moradia, emprego, saúde, educação e relações familiares e sociais. É indiscutível a importância de orientações práticas para os residentes no período de transição, visto que se trata de momentos para orientar, apoiar e capacitar, no sentido de se adaptarem e se desenvolverem de forma mais eficaz nessa etapa decisiva de suas vidas. Diz-nos a entrevistada III “ajudá-los, não é somente dizer: olha é assim que se faz,

mas é preciso ajudá-los a fazer, e nós estamos sempre a dizer porque eles acham que a vida lá fora é fácil, acham que saem e que vão arranjar trabalho, porque isto infelizmente não funciona assim”. Aludindo ao exemplo, apresentado pela entrevistada, pode se aperceber de que os profissionais procuram proporcionar uma orientação prática esclarecida aos residentes: “temos um que saiu há pouco tempo no ano passado, mas já tinha um emprego, colegas que lhe encontram uma casinha para ele ficar, e quando ele saiu já tinha mais ou menos tudo encaminhado, não saiu assim como se costuma dizer de mãos a abanar” (entrevistada III).

**7º- Rede de apoio:** é importante saber e sentir de que não estão sós, o envolvimento de amigos, Profissionais de Saúde, Assistentes Sociais para garantir que eles tenham suporte adequado durante a transição, pois, a rede de apoio é importante para garantir que os residentes tenham acesso a recursos e serviços que lhes possam ajudar a conquistar a autonomia e independência, isso inclui orientação profissional, capacitação para o mercado de trabalho, assistência jurídica, entre outros, durante o período de observação, podemos constatar de que os residentes frequentam escolas de formação profissional de acordo com as suas capacidades e aptidões. E são devidamente acompanhados pelas redes de apoio social, como é o caso de centro de saúde, por exemplo, centro de formação profissional, entre outros. Realçou um dos residentes entrevistados “eu fico grato 100% ao centro e à doutora que faz o trabalho, porque é uma pessoa que ajuda, uma pessoa que está sempre lá para ajudar... sinto que posso contar com ela sempre” (entrevistado VI); aludindo aos autores Silva e Machado (2021) pode-se aperceber de que há uma relação profissional de proximidade e afeto, bem como de confiança (Costa & Nobre, 2019), e respeito.

**8ª- Acompanhamento pós-saída:** tendo em conta que durante o período do acolhimento residencial, o residente usufrui de um conjunto de suportes e acompanhamentos com vista à reintegração social, é de extrema importância a continuidade desse acompanhamento num período inicial pós-saída, com o intuito de garantir de que o individuo continue o seu crescimento e que a reintegração se concretize eficazmente;

Também de frisar que no momento de saída o individuo pode-se deparar com certas incertezas e obstáculos, na qual o acompanhamento pode permitir a sua identificação e possível estratégia de superação.

O acompanhamento pós-saída pode ainda permitir prevenir as recaídas em situações de vulnerabilidade, promovendo assim outras redes de suporte como é caso de encaminhamento para serviços e programas que possam ajudá-lo a reintegrar-se na comunidade, como programa de emprego, moradia, educação entre outros.

Nos termos do artigo 48º da lei em vigor realça que o acolhimento residencial deve acompanhar os ex-residentes por um período de 6 meses, após a sua saída, com o objetivo de promover a sua reintegração na comunidade e prevenir situações de desamparo social. durante o período de observação nas conversas informais, tivemos o conhecimento de que a CAR apoia os ex-residentes e a porta está sempre aberta para eles, mesmo com alguns suportes em termos de lavar roupas, refeições caso precisam, conversar, e tem passado alguns ex-residentes para realizar visitas.

Em poucas palavras, podemos dizer que a preparação dos residentes para saída da instituição e sua reintegração social envolve um esforço conjunto da equipa multiprofissional, do residente e de sua rede de apoio, visando garantir uma transição segura e bem-sucedida para a vida fora da instituição.

#### **4.2.4. Como avalia o trabalho desenvolvido na CAR com os residentes**

É importante salientar de que a CAR é uma medida temporária de promoção e proteção e que o ideal é sempre buscar alternativa de reintegração, respeitando sempre o superior interesse da C/J, nesse sentido, de acordo com a observação, as conversas informais e completado com o resultado das entrevistas, podemos constatar uma avaliação bastante positiva no que se refere ao trabalho desenvolvido pela CAR com os residentes, visto que, oferece um ambiente seguro e acolhedor para os residentes, abordou o residente entrevistado.

sinto-me bem, sinto que nós somos todos irmãos, somos todos, pessoas unidas, quando alguém precisa de alguma coisa, nós ajudamos uns aos outros, sempre que nos forem possíveis; até os doutores em si, que trabalham cá e está cá todos os dias acolhem as pessoas bem e ajudam no que for possível. (entrevista VI).

Nesse sentido recordamos o autor, Alberto (2021), citando Quintâns et al. (2010) referiu que mais do que estrutura da casa, é a relação que tem grande influência na vida das C/J.

É composta por equipas profissionais capacitados e completamente dedicados a proporcionar cuidados e suportes emocional aos residentes, realçaram as Assistentes Sociais entrevistadas “temos pessoas que vêm cá dar formações aos residentes, com temas diversos”, além de proporcionar acompanhamento psicológico. A CAR tem proporcionado aos residentes ferramentas que permite o desenvolvimento da autonomia como é por exemplo o horários, a rotina, as tarefas e o plano socio educativo individual aludindo o superior interesse do residente que em alguns momentos não é bem perceptível pelo residente, realçou um dos residentes entrevistado, “muitas vezes nós não damos conta que é para o nosso bem certas exigências, só mais tarde é que vamo-nos apercebendo e agradecemos, pois quem exige algo de nós é porque quer o nosso bem, portanto pode ser chato mas os profissionais devem insistir connosco”, (entrevistado V).

#### **4.2.5. Quais os principais desafios e perspetivas para o trabalho da CAR no futuro.**

Aludindo à contribuição de Silva e Machado em 2021, ao referirem que o objetivo das casas residenciais não se limita apenas em proteger do imediato às C/J que acolhem, mas também tem por missão dotá-las de competências pessoais e sociais para uma plena integração social posterior, os resultados do nosso estudo levou-nos a identificar alguns desafios a indicar:

1º- **Garantir a qualidade dos serviços prestados:** é muito importante que a CAR seja capaz de oferecer um ambiente seguro, acolhedor e que promova o bem-estar dos residentes, pela observação e pelos resultados entrevistados, podemos verificar que a CAR tem-se esforçado muito por manter a qualidade dos serviços, por meio de capacitação dos profissionais, planos de atividades que vá ao encontro dos interesse dos residentes, acompanhamento personalizado por meio do PSEI, cuidado com a infraestrutura; as parcerias com redes sociais que fornecem serviços confiáveis e de qualidade, como por exemplo, parceria com a segurança social; EMAT; centro de saúde, escolas, centros de formação, barbearia entre outros.

2º- **Promoção da autonomia e inserção social:** o acolhimento residencial enquanto entidade, cuja a missão inclui a preparação para uma integração social plena, é fundamental que ofereça apoio e orientação constante, incentivando o desenvolvimento de habilidades socio-emocionais, profissionais e pessoais. Perante isso, o nosso estudo

permitiu-nos averiguar que a CAR oferece apoio psicológico e emocional, no sentido de ajudar o residente a superar traumas e dificuldades do passado. Por meio do plano socioeducativo individual, promove as atividades educativas e de capacitação profissional que lhes permitam conquistar e desenvolver habilidades e competência para o mercado de trabalho, como por exemplo, a carpintaria, cozinha, atendimento ao público, restauração, barbearia, entre outros, incentivando a busca pela independência financeira. Estimula os residentes a participarem em atividades esportivas, culturais, que favoreçam a integração e convívio com outras pessoas, como por exemplo o rugby, futebol, natação, artes plásticas, música...

Outro meio de promover autonomia e integração social, refere-se ao estabelecimento de metas e objetivos claros para que cada residente possa planejar seu futuro e se motivar para alcançá-lo, referente a isso, os residentes participantes no estudo, mostram-se entusiasmados, manifestam confiança e autoestima na realização dos seus sonhos e consideram estar ao alcance de tudo para se realizarem futuramente.

3º- Outro desafio que consideramos importante realçar é a **adequação às mudanças sociais e legislativas**: para garantir a qualidade do serviço prestado aos residentes em CAR, é de fundamental importância capacitar continuamente os interventores sobre as mudanças sociais, de modo a permitir que cada residente seja verdadeiramente respeitado nos seus direitos; mas também de estarem sempre atualizados em conformidade com a lei, isso implica, seguir as normas de proteção à infância e adolescentes vigente; que, segundo entrevistada III precisa de renovação, como nos manifestou, “eles vão fazer revisão da lei, criando um pontinho e outro pontinho, mas no fundo ela continua inalterada”.

Portanto, a adequação às mudanças sociais e legislativas é fundamental no sentido em que permite que a CAR esteja comprometida com os valores e direitos fundamentais da sociedade bem como evitar os problemas legais.

Os resultados da entrevista permitiu-nos igualmente identificar algumas perspectivas:

1º **Ampliação da rede de apoio e parcerias**: Estabelecer parcerias com outras instituições e profissionais que possam contribuir para o trabalho de acolhimento residencial, nomeadamente o CAFAP, para um melhor acompanhamento às famílias dos residentes acolhidos, tendo em conta que nem todas as famílias são acompanhadas pela

instituição, por um lado, devido à situação geográfica, alguns jovens residentes são provenientes do estrangeiro, de Lisboa, ou de outras localidades distantes do local do acolhimento residencial; por outro lado, há alguns acompanhamentos às famílias que residem mais próximo, porém, as entrevistadas foram unânimes em reconhecer a dificuldade nessa área específica do acompanhamento, alegando que não se faz o acompanhamento com apenas algumas visitas domiciliares pontuais, tentam fazer de acordo com as suas possibilidades, dão contudo prioridade ao acompanhamento interno.

**2º. Criação do piso equipado só para os da autonomia:** “gostaríamos muito de ter um espaço onde os jovens pudessem lavar as suas roupas, passar ferro, até cozinhar para si sozinhos, porque não é a mesma coisa eles irem fazer essas atividades uma vez ou outra com os funcionários, não são eles os responsáveis, realçou a entrevistada III.

## **Considerações finais e conclusão**

Das pesquisas bibliográficas realizadas podemos resumir que a história de Portugal no século XX foi marcada por eventos significativos, como a Revolução Republicana, a Ditadura do Estado Novo, as Guerras Coloniais, a Revolução dos Cravos e a Adesão à União Europeia. Esses eventos moldaram a trajetória do país, influenciando sua política, sociedade, economia e cultura.

Ao longo do século XX, Portugal enfrentou desafios como instabilidade econômica, pobreza, migração, envelhecimento populacional, desafios contemporâneos, como abuso infantil, exploração sexual e violência doméstica. No entanto, o país também implementou políticas sociais e programas de intervenção para enfrentar esses desafios e melhorar o bem-estar das crianças e adolescentes.

Constatamos que, é essencial que os profissionais que trabalham com C/J em acolhimento residencial estejam cientes da importância da autonomização e independência desses jovens. Através de um trabalho personalizado, da escuta ativa, respeito, empatia e confiança, é possível promover o desenvolvimento das competências necessárias para que essas crianças e jovens se tornem autônomos e capazes de se integrarem na sociedade de forma plena. A formação contínua dos profissionais, a criação de um ambiente seguro e estável, a promoção de relações de confiança e a implementação de planos de intervenção personalizados são fundamentais para garantir o sucesso do processo de autonomização. É importante reconhecer que cada processo de autonomização é único, e requer uma abordagem individualizada e adaptada às necessidades e características de cada criança ou jovem em acolhimento residencial.

No que se refere à caracterização do campo de pesquisa, este estudo mostra-nos que a instituição acolhe atualmente 33 residentes do sexo masculino, com idades compreendida entre 13 e 19 anos. A instituição foi fundada em 1814 com o propósito de acolher crianças e jovens que haviam perdido seus pais durante a invasão do exército francês em 1809. Atualmente, a instituição oferece acolhimento a crianças e jovens em situação de risco/perigo, encaminhadas pelo Tribunal de Menores e Família e Comissões de Proteção de Menores.

A instituição oferece três valências: Casa de Acolhimento Residencial, Centro de Acolhimento Temporário e Unidade de Emergência, com capacidade para acolher um

total de 92 residentes. O estudo analisou a estrutura física da instituição, o quadro de pessoal, as atividades oferecidas aos residentes, os documentos reguladores das atividades, e os horários e rotinas diárias da instituição.

A equipa técnica é composta por profissionais com formação em psicologia, trabalho social e educação social, e todas as atividades são planeadas de acordo com os princípios de desenvolvimento físico, intelectual e moral dos residentes. O estudo destacou a importância do cumprimento da legislação e normas que regem a proteção de crianças e jovens em perigo, bem como o papel fundamental da instituição na promoção do bem-estar e qualidade de vida dos residentes.

Esperamos que a abordagem metodológica utilizada tenha sido clara e que ajude a compreender como planeamos e executamos a nossa pesquisa sobre a prática profissional dos Assistentes Sociais com crianças e jovens institucionalizados sem retaguarda familiar. A análise de conteúdo nos permitiu aprofundar nossos resultados e compreender melhor o processo de autonomização desses jovens. Ao focar nas experiências e perspectivas dos participantes, esperamos contribuir para um melhor entendimento e aprimoramento da prática profissional dos Assistentes Sociais neste contexto específico.

Considerando as observações e análises realizadas durante este estudo, foi possível perceber que o trabalho dos Assistentes Sociais com crianças e jovens institucionalizados sem retaguarda familiar é de extrema importância para o desenvolvimento e bem-estar destes indivíduos.

Foi possível compreender como os Planos de atividades são elaborados de forma a atender às necessidades e interesses dos jovens, sendo implementados de forma a promover aprendizagens e experiências significativas. Os acompanhamentos são feitos de forma próxima e afetuosa, permitindo que as crianças e jovens se sintam acolhidos e apoiados. Os jovens sentem-se acolhidos na instituição, apesar das dificuldades que enfrentam. A relação entre jovens e adultos e entre si é de respeito e colaboração, contribuindo para um ambiente acolhedor e de confiança. Os jovens participam ativamente na planificação das atividades, o que os faz sentirem-se valorizados e responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento.

É possível afirmar que, os jovens sentem-se preparados para ter uma vida autónoma, graças ao apoio e acompanhamento recebido das Assistentes Sociais. Este estudo

contribui para uma reflexão sobre a importância do trabalho dos Assistentes Sociais e da instituição na promoção do bem-estar e desenvolvimento destes indivíduos.

O resultado do nosso estudo permitiu-nos certificar que, para garantir/possibilitar a autonomia das C/J que não conta com retaguarda familiar, os Assistentes Sociais realizam os seus trabalhos por meio de plano individualizado, tendo em conta as necessidades/característica de cada um; e nas orientações práticas para a autonomia!

Além disso, para uma melhor intervenção servem-se ainda de outros meios, tais como, a avaliação das necessidades individuais, o acompanhamento contínuo, e as parcerias com outras entidades e profissionais.

Em suma, o trabalho diário com os residentes em acolhimento residencial envolve uma abordagem multidisciplinar, participativa e contínua, visando o desenvolvimento integral e a autonomia dos jovens. A participação dos jovens nas decisões que lhes dizem respeito, seja no plano de atividades anual, seja na elaboração e revisão do plano socioeducativo individual, é fundamental para garantir que as medidas adotadas sejam adequadas e eficazes. O apoio personalizado, a comunicação aberta, o trabalho em equipe e a busca de parcerias externas são fundamentais para superar os desafios do dia a dia e garantir um acompanhamento adequado às necessidades e interesses dos residentes. O compromisso e a dedicação dos profissionais envolvidos são essenciais para promover a autonomia e a emancipação dos jovens, contribuindo assim, para o seu bem-estar e desenvolvimento pessoal, social e profissional.

Após analisarmos todo o processo e os resultados obtidos, podemos concluir que os objetivos estabelecidos foram plenamente alcançados.

Do estudo realizado constatamos que o trabalho desenvolvido pelas Assistentes Sociais na CAR visando a promoção da autonomia dos jovens residentes e a sua preparação para a reintegração social é de extrema importância para garantir o bem-estar e o desenvolvimento pleno dos mesmos. No entanto, existem desafios a enfrentar e perspectivas de melhoria, como a necessidade de adequação às mudanças sociais e legislativas, ampliação da rede de apoio e parcerias, e a criação de um espaço próprio de preparação/treinamento. Essas medidas podem contribuir para garantir um serviço de qualidade e eficaz, de acordo com as necessidades e interesses dos residentes atendidos pela CAR.

Do resultado do nosso estudo sugeríamos a Criação e Implementação de um programa de acompanhamento pós-Saída: Após saírem da CAR, é importante continuar a acompanhar os ex-residentes, de forma a garantir que estão a conseguir assimilar as competências sociais e pessoais adquiridas durante a estadia na casa residencial. Este acompanhamento pode ser crucial para garantir uma integração.

Em suma, este trabalho permitiu-nos perceber que existe uma forte preocupação por parte do governo no que se refere à proteção e garantia do bem-estar da criança/jovem em risco/perigo em Portugal, criando assim condições legislativas e infraestruturas para fazer face à situação.

A intervenção em casa residencial exige dos técnicos a capacidade reflexiva na sua prática profissional, no sentido de perceber de que cada criança/jovem acolhida é única, e que, portanto, a sua intervenção deverá ser em conformidade com as suas características, elaborando assim um plano de intervenção em conjunto com cada criança/jovem, que vá ao encontro ao seu superior interesse.

Os profissionais procuram desenvolver uma prática parental segura, de modo a potenciar uma referência positiva para as C/J acolhidas.

Perante os resultados do nosso estudo surgiram algumas inquietudes para uma futura investigação: Como as características individuais dos assistentes sociais, como idade, experiência e formação académica, influenciam a qualidade dos serviços prestados aos jovens em acolhimento residencial?

Como as políticas e diretrizes institucionais condicionam a autonomia e a tomada de decisões dos assistentes sociais no acolhimento residencial?

Qual é a perceção dos jovens residentes sobre a qualidade dos serviços prestados pelos assistentes sociais e como isso pode ser usado para melhorar a prática profissional no acolhimento residencial?

## Referência bibliográfica

- Alberto, I. (2021). Uma Casa, um Lar, um Porto de Abrigo: Proteção, Cuidado, Identidade e Sentimento de Pertença no Acolhimento Residencial. Em C. Peixoto, & M. Oliveira, *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo: Conceitos, Prática e Intervenção* (pp. 151-161). Pactor.
- Almeida, F., Fernandes, P., & Peixoto, C. (2021). Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens: O Acolhimento Residencial\_Apontamentos Históricos e Atualidade. Em C. Peixoto, & M. Oliveira, *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo: Conceitos, Prática e Intervenção* (pp. 109-118). Pactor.
- Amado, J. (2017). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação 3ª edição*. Impresa da Universidade de Coimbra.
- Branco, F. (1992). *A construção do Conhecimento no Serviço Social em Portugal: 1956-1970*. Lisboa: ISSSL. Departamento de Pós Graduação, Coleção Estudos e Pesquisas\_ Série: História do Serviço Social Português.
- Cardoso, M., Oliveira, G., & Ghelli, K. (2021). Análise de conteúdo: Uma metodologia de pesquisa qualitativa. *Caderno da FUCAMP*, 20(43).
- Carrer, C. (27 de setembro de 2023). *Aspeto económicos da pecuária leiteira, edisciplinas-usp.br*. Obtido de Usp.br: <https://edisciplinas.usp.br>
- Carta Social . (8 de Abril de 2023). *Resultado da pesquisa\_ Carta Social*. Obtido de Web Site de Carta Social: <https://www.cartasocial.pt/resultado-da-pesquisa?vt=13&tp=1305&/=13-12-17>
- Costa , J., & Nobre, L. (2019). *A Bagagem: Intervenção em contexto de Acolhimento Residencial*. Mais Leituras.
- Costa, A. R. (2021). Teorias e Áreas do Desenvolvimento e Necessidades da Crianças e Jovens. Em C. Peixoto, & M. Oliveira, *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo: Conceitos, Prática e Intervenção* (pp. 31-39). Pactor.
- Decreto-Lei nº 164/2019-25 de outubro. (2019). *REGIME DE EXECUÇÃO DO ACOLHIMENTO RESIDENCIAL*. Diário da República-I Série.
- Decreto-Lei nº 164/2019-25 de outubro. (2019). *REGIME DE EXECUÇÃO DO ACOLHIMENTO RESIDENCIAL*. Diário da República-I Série.
- Easp.pt. (27 de setembro de 2023). *Direção Técnica em IPSS (esp.pt)*. Obtido de easp.pt: <https://www.easp.pt>
- Ferreira , J. L. (2009). *Serviço Social e Modelos de Bem-Estar para a Infância: Modus Operandi do Assistente Social na Promoção da Proteção à Criança e à Família (Tese de Doutoramento em Serviço Social)*. Instituto Universitário de Lisboa (Departamento de Sociologia).
- Frade, D. B. (2020). *O Serviço Social no Sistema de Protecção à Infância em Perigo, em Portugal (Dissertação do Mestrado em Serviço Social)*. Instituto Superior Miguel Torga.

- GEP- Gabinete de Estratégia e Planeamento. (2023). *CARTA SOCIAL\_ Rede de serviços e equipamentos\_ Relatório 2021*. Ministério de trabalho, Solidariedade e Segurança Social.
- Gonçalves, S., Gonçalves, J., & Marques, C. (2022). *Manual de Investigação Qualitativa (conceção, análise e aplicações)*. PACTOR.
- Lessard\_Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2008). *Investigação Qualitativa; Fundamentos e Práticas, 3ª Edição*. INSTITUTO PIAGET.
- Martins, A. (2017). Serviço Social em Portugal no Fascismo: Oposição, Resistência e Ação sindical. *Revista em Pauta, Rio de Janeiro 40 (15)*, 40-56.
- Martins, E. (2006). A infância desprotegida portuguesa na primeira metade do século XX. *Infância e juventude. ISSN 0870-6565.Nº4 (Out./Dez.)*, pp. 93-130.
- Moreira, M. O. (2018). *Mãos que protegem, Corações que Acolhem: O colhimento de crianças e jovens em Portugal*. ISSSP.
- Neves, A. G. (2023). *Protecção jurídica do menor em risco: realidade ou utopia* . Lema d`Origem.
- Ribeirinho, C. (2019). *Supervisão Profissional em Serviço Social: Ao encontro de uma prática reflexiva*. Pactor.
- Rocha, V. (2021). Da teoria à análise: Uma introdução ao Uso de entrevistas individuais semiestruturadas na ciência política. *Revista Política Hoje, 30 (1)*, 197-251.
- Silva, C., & Machado, I. (2021). Para lá da institucionalização: os desafios no processo de autonomização. Em A. Neves , I. Machado , M. Almeida, & T. Riboira, *IV Congresso Ibero-Americano de Intervenção Social\_ Multiculturalidade, Migrações e Direitos Humanos* (pp. 343- 357). Lema d`Origem.
- Silva, I., & Gaspar, M. (2019). Potenciar práticas profissionais de qualidade no acolhimento residencial: uma reflexão teórica sobre modelos e intervenções. Em M. Calheiros, E. Magalhães, & L. Monteiro, *Crianças em Risco e Perigo: contextos, Investigação e Intervenção (vol.V)* (pp. 121-142). Edições Sílabo.
- Vicente, B., & Lopes, R. (2021). Autonomia enquanto processo, Independência como Resultado. Em C. Peixoto, & M. Oliveira, *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo: Conceitos, Prática e Intervenção* (pp. 233-242). Pactor.

## **Anexos**

## **Guião de entrevista aos profissionais**

Tendo em conta os objetivos propostos para a nossa investigação, um dos instrumentos de recolha de informação utilizado, foi a entrevista semiestruturada, dirigida aos profissionais de Serviço Social, com as seguintes questões:

1. Quais os processos de trabalho são criados para elaboração e implementação dos planos de atividades na CAR?
2. Fale-me do modo como processam a elaboração de um PSEI, relativamente ao tempo, à opinião dos jovens no processo às avaliações e alterações.
3. Explique-me um pouco sobre os acompanhamentos aos residentes tendo em conta plano socioeducativo individual.
4. Como avalia/perceciona as relações dos residentes no contexto de pares e em relação com os adultos?
5. Que mecanismos técnicos são utilizados para medir e avaliar a relação dos residentes com o grupo de pares e adultos?
6. Como tem sido a preparação para a autonomia? Fatores, desafios, obstáculos.
7. Será que aquilo que é feito em termos de autonomia vai ao encontro com a autonomia na sua diversa dimensão?
8. O que entende por autonomia e emancipação?
9. Que sugestões tem para partilhar relativamente a uma maior eficiência e eficácia utilizadas pela vossa CAR, na intervenção com os residentes?
10. Como se sente no seu contexto de trabalho?
11. Avalia que o conjunto de legislações que garante direito as crianças e adolescentes, são importantes no âmbito do seu trabalho?
12. Como avalia a relação do seu trabalho com a rede de atendimento aos residentes?
13. Como avalia a importância do trabalho de acompanhamento familiar para residentes visando o retorno ao convívio familiar? Quais os limites e possibilidades desta atividade?
14. Considera que o conjunto de leis que garante direitos à população portuguesa, de modo geral, dá conta das reais necessidades das famílias atendidas pela instituição de acolhimento?

### **Guião de entrevista aos residentes**

Tendo em conta os objetivos propostos para a nossa investigação, um dos instrumentos de recolha de informação utilizados foi a entrevista semiestruturada, dirigida aos residentes que usufruem de um projeto de vida alternativo à autonomia de vida, com as seguintes questões:

1. Sabes-me dizer em que projeto de vida estás inscrito? /com que objetivo estás no CAR?
2. O que entendes por autonomia? O que é ser autónomo para ti?
3. Participas no teu PSEI? Achas que a tua opinião é tida em consideração?
4. Que atividades da casa mais gostas de participar na sua preparação?
5. Como te sentes aqui em relação com os colegas, aos profissionais... e contigo próprio?
6. Gostaria de falar-me um pouco sobre a rotina da casa, como a tens vivido?
7. Como fazes para satisfazer as tuas necessidades, como comprar roupas, sapatos, cortar cabelos...?
8. Que plano tens para o futuro? sentes-te confiante, esperançoso que conseguirás cuidar de ti mesmo quando saíres daqui?

Exmo.(a) Sr.(a) Diretor(a)

Assunto: Pedido de autorização para realização de projeto de investigação

\_\_\_\_\_ (nome completo), na qualidade de Investigador/a do projeto de investigação \_\_\_\_\_, pretendendo realizar no/a \_\_\_\_\_ este projeto em epígrafe, pelo que solicito a V. Ex.<sup>a</sup> autorização para a sua realização, com emissão de declaração abaixo indicada.

Com os melhores cumprimentos,

(local), \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Investigador/a ou Investigador/a Supervisor/a

(seleccionar)

-----  
Eu, \_\_\_\_\_ Diretor/a do/a \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ autorizo a realização do projeto em epígrafe.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

O/A Diretor/a

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

-----  
**Elemento de Ligação (se aplicável):** corresponderá ao profissional que aceita assumir a responsabilidade de fazer a ligação do participante ao investigador não pertencente à instituição onde decorre o projeto de investigação. Este deverá ser um profissional pertencente à equipa de trabalho da instituição, com conhecimento dos dados pessoais do participante, por inerência das suas funções profissionais. Cabe ao elemento de ligação, as seguinte funções: 1) efetuar um contacto prévio com o participante (utente/doente/cliente), informando do interesse do investigador em contactá-lo, para o convidar a participar no estudo; 2) referir os direitos que lhe pertencem para, livremente, aceitar ou recusar este contacto do investigador, sem que dessa decisão decorra qualquer prejuízo para a assistência a que tem direito; 3) garantir, enquanto elemento de ligação, o respeito pela confidencialidade de todos os seus dados que, constantes do seu processo, nada tenham a ver com o estudo em causa. Só após aprovação do participante, é que será possível o investigador aceder à entrevista com o mesmo, para dar início ao processo inerente ao projeto de investigação, com pedido do consentimento informado.

Nome completo do elemento de ligação: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

## Consentimento Informado, Livre e Esclarecido

**Designação do projeto de investigação** (em Português):

\_\_\_\_\_

**Investigador/a Responsável:** \_\_\_\_\_ (nome completo), declaro que expliquei ao/à participante/representante legal, de forma adequada e compreensível, o projeto de investigação referido, incluindo os benefícios previstos, possíveis riscos/incómodos, custos ou compensações em resultado da participação neste projeto. Declaro ainda que foi entregue ao/à participante/representante legal, documento escrito com Informação ao Participante sobre este projeto e cópia do consentimento informado assinado.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

(assinatura do/a investigador/a)

### **Participante/Representante Legal:**

Participante: \_\_\_\_\_ (nome completo)

(ou) Representante Legal: \_\_\_\_\_ (nome completo)

Grau de parentesco ou tipo de representação: \_\_\_\_\_

declaro que:

- Compreendi a explicação que me foi fornecida pelo/a investigador/a que assina este documento, sobre este estudo, nomeadamente os objetivos, métodos, benefícios previstos, possíveis riscos/incómodos, custos ou compensações em resultado da minha participação.
- Recebi o documento escrito com a Informação ao/à Participante relativo ao estudo.
- Tive oportunidade de solicitar todas as informações de que necessitei, tendo obtido resposta satisfatória.
- Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, poder recusar ou abandonar este estudo, bem como pedir a imediata eliminação de todos os meus dados recolhidos, sem qualquer tipo de consequências ou prejuízo na assistência que me é prestada.
- Declaro não estar a participar em nenhum outro projeto de investigação neste momento.

Desta forma, aceito participar neste estudo, de acordo com os esclarecimentos que me foram prestados, como consta neste documento

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

(assinatura do participante/representante legal)

## **Informação ao/à participante**

O projeto de investigação tem por tema: Institucionalização de crianças e jovens: A prática profissional dos Assistentes Sociais no processo de autonomização e empoderamento; realizado pela investigadora Maria Dulcelina Gomes de Barros, sob a orientação do Professor Doutor Marcello Gallo, pode ser contactado, [220124012@isssp.pt](mailto:220124012@isssp.pt) /968006049; e ou email do orientador [marcelo.gallo@isssp.pt](mailto:marcelo.gallo@isssp.pt).

O projeto de investigação enquadra-se no âmbito de dissertação para obter o grau de Mestre em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP);

A sua finalidade é de perceber a realização do trabalho profissional dos Assistentes Sociais com crianças e jovens institucionalizados que não contam com retaguarda familiar e, como este trabalho é compreendido pelos sujeitos da intervenção.

A metodologia de pesquisa utilizada e a utilizar no nosso estudo cingiu-se, num primeiro momento à pesquisa bibliográfica e análise documental, com o objetivo de aprofundar o referencial teórico de suporte à investigação.

Num segundo momento, a preocupação com a recolha de informações empíricas relacionadas com o tema em questão, que ditaram a pertinência da escolha dos métodos e técnicas do nosso estudo.

Num terceiro momento, a realização dum estágio de observação por um período de dois meses (05-09-2023 a 09-11-2023) das 10h às 17h de segunda a quinta e na sexta até às 13h.

Num quarto momento, a realização das entrevistas primeiramente aos Assistentes Sociais e posteriormente aos residentes; as entrevistas serão gravadas;

Num quinto momento a transcrição das entrevistas;

Num sexto momento, o tratamento e análise das informações e dos dados das entrevistas (análise de conteúdo);

Num sétimo momento, a sua entrega e consequente defesa.

Esperemos que este estudo nos permita alcançar os objetivos traçados, e que seja uma mais valia para as intervenções em acolhimento residencial; e poder contribuir de certa forma para o despertar da necessidade de pensar sobre a nossa prática profissional.

Gostaria de salientar que a sua participação não tem nenhuma obrigatoriedade, ou seja, é livre e voluntária, e que pode desistir a qualquer momento sem nenhum prejuízo, só responde as questões se assim entender, e não tem de responder a todas.

As entrevistas serão realizadas de preferência num lugar silencioso, à vossa escolha; será utilizada apenas para o fim académico, no trabalho final não aparecerá as vossas identificações, garantindo assim a confidencialidade, assim como a privacidade e a salvaguarda da proteção de dados.